

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Fernando Negrão candidato a Lisboa



A crença profunda nos valores
do trabalho, da seriedade, da
exigência do rigor e da
responsabilidade

Destaques:

Candidatura de Fernando Negrão a Lisboa

Pags. 2 e seguintes

Marques Mendes na sua terra natal, homenageia antigos
autarcas

Em "Actividades do Presidente"

Saída de António Costa abala a estrutura Governo afirma
Agostinho Branquinho

Em "Actividades do PSD"

Atividades do Presidente

Marques Mendes exige a Sócrates explicações públicas sobre «catástrofe social» que é o nível alcançado pelo desemprego

O Presidente do nosso Partido, Luís Marques Mendes participou, em Fafe, sua terra natal, num almoço com mais de 560 militantes sociais-democratas locais, tendo sido recebido por um grupo de concertinas, que tocou melodias de sempre e músicas do folclore da região.

No decorrer do encontro, foram homenageados vários militantes locais, especificamente antigos Presidentes de Junta e outros autarcas, entre eles o Pai do líder social-democrata, António Marques Mendes, antigo presidente da Assembleia Municipal de Fafe.

Falando durante o almoço, o líder do PSD exigiu do primeiro-ministro José Sócrates explicações públicas sobre a “catástrofe social” que no seu entender representa o aumento do desemprego para “níveis de há duas décadas”.

“O primeiro-ministro tem obrigação de dar ao país explicações sobre o galopante aumento do desemprego para níveis como já não havia há 21 anos”, disse Marques Mendes num almoço com militantes, em Fafe.

O nosso Presidente pediu ainda explicações específicas sobre o aumento do desemprego entre jovens licenciados, que “disparou 32 por cento nos últimos três meses”, bem como o “abaixamento de pensões e reformas”.

“O que está em causa neste momento não é apenas um rotundo fracasso da política do Governo. É uma catástrofe social que atinge em particular os mais pobres da sociedade”, afirmou.



O líder do PSD pronunciou-se também sobre o último relatório da Comissão Europeia, que apelidou de “insuspeito e imparcial”, que indica que em 2006 “Portugal baixou para o 16º lugar no ranking dos países europeus”. Perspetivou uma agudização da situação, já que no seu entender em 2007 Portugal se fixará “no 20º lugar deste ranking”. “Vamos ser ultrapassados pela Estónia”, afirmou

Na avaliação de Luís Marques Mendes, isto não é uma “fatalidade dos portugueses” mas um reflexo das “políticas erradas que o Governo tem seguido”.

Marques Mendes não prestou declarações sobre as críticas que lhe foram dirigidas pelo dirigente do CDS-PP Luís Nobre Guedes no sábado, no decorrer do congresso dos “populares”, remetendo a Informação para as declarações do

Secretário-geral social-democrata, Miguel Macedo, que esteve presente no encontro do CDS-PP e que, logo no sábado desvalorizou as palavras de Nobre Guedes, dizendo que “São coisas próprias de um congresso. Julgo que o eleitorado que votou no PSD e no PP não verá com bons olhos que se percam energias em guerras entre os dois partidos”, considerou na altura aquele dirigente social-democrata. – CPS/PSD-Fafe



Actividades do PSD

Paula Teixeira da Cruz considera Fernando Negrão um “candidato fortíssimo”

Em entrevista ao Diário de Notícias, a presidente da Assembleia Municipal de Lisboa considera Fernando Negrão um “candidato fortíssimo” do PSD à presidência intercalar.

Explicando os motivos porque não se candidatou, afirmou que «Vamos deixar de lado razões de ordem pessoal e vamos às políticas. Eu sou presidente da Assembleia Municipal, dirijo uma instituição que é estável e onde reconhecidamente existe um clima de exigência e de alguma vontade de inovar no relacionamento entre os cidadãos e a instituição. Não fazia nenhum sentido deixar a AML para me candidatar à câmara.»

Disse ainda aos jornalistas que «O dr. Fernando Negrão é uma



candidatura fortíssima, com todas as qualidades e todos os requisitos de que Lisboa precisa. É alguém com uma cultura de exigência, com uma profissão que é uma mais-valia para a cidade e com um percurso que também o é, nomeadamente na área da solidariedade»

Atendendo ao candidato do PS, uma figura reconhecidíssima, e porque Fernando Negrão - segundo os entrevistadores - não teria essa notoriedade pública, afirmou que «Todos os candidatos são figuras fortes. Uns são mais do que outros... Mas não posso aceitar esse raciocínio. Isso leva-nos à perversão: têm que ser sempre os mesmos!»

Relativamente à possibilidade de vitória de Fernando Negrão, Paula Teixeira da Cruz sustentou que «O PSD tem um candidato ganhador. Com um perfil ganhador, que motivou e envolveu, como foi público no acto de apresentação da candidatura, o PSD. Ao contrário, o que foi notório na candidatura do dr. António Costa, que eu prezo pessoalmente, é que o Governo, numa tentativa de funcionalização e de domínio total, não hesitou um segundo em desfazer-se do seu “número dois”.

«Há outra perspectiva algo irónica: há problema para o País numa perspectiva institucional, mas como eu penso que o Governo não tem feito mais do que uma gestão virtual, se



calhar não tem muita importância!»

Uma última questão foi o reflexo de um eventual mau resultado, na liderança do Dr. Marques Mendes. A resposta foi directa: «O dr. Marques Mendes quando ascendeu à liderança herdou um partido que tinha saído de um desaire eleitoral. Depois ganhou as autárquicas, quando parecia

impossível. A estratégia para as presidenciais estava correcta, como esteve agora para a Madeira. Acresce que ganhou eleições no partido e apresentou-se a directas com a demissão dessa oposição interna. Penso que em matéria de legitimidade estamos falados.» - (PL, c/ DN)

Saída de António Costa abala a estrutura Governo, e Rui Pereira é “mais do mesmo”, segundo Agostinho Branquinho



O vice-presidente da bancada do PSD, Agostinho Branquinho considerou hoje que “a estrutura do Governo está a ser abalada” com a saída do Governo de António Costa, sublinhando que o seu substituto, Rui Pereira, “é mais do mesmo”.

“A estrutura do Governo está a ser abalada”, disse Agostinho Branquinho, em declarações à Lusa, recordando que António Costa é “o

terceiro ministro de Estado” a abandonar o executivo.

“Primeiro saiu Campos e Cunha, depois Freitas do Amaral e agora António Costa”, lembrou.

Relativamente à escolha do juiz Rui Pereira para substituir António Costa na pasta da Administração Interna, Agostinho Branquinho disse que se trata de “mais do mesmo” e que demonstra que “a capacidade de

mobilização do PS junto da sociedade civil está esgotada”.

“É mais do mesmo. Rui Pereira já esteve à frente da Unidade de Missão para a Justiça, foi candidato ao Tribunal Constitucional. A sua escolha demonstra que o PS não é capaz de mobilizar a sociedade civil para o seu projecto”, sublinhou.

Agostinho Branquinho salientou ainda a “destabilização no

funcionamento do Tribunal Constitucional” que ser provocada pela saída do juiz Rui Pereira daquele órgão, “apenas dois meses depois de ter sido eleito”.

“E isso é também uma forma de desprestigiar o Tribunal Constitucional, que é um órgão de soberania”, acrescentou.

Questionado sobre se o PSD entende que Rui Pereira não tem qualidade para tutelar a pasta da Administração Interna, Agostinho Branquinho escusou-se a responder, remetendo a questão para o primeiro-ministro.

“A qualidade de Rui Pereira é ao primeiro-ministro que compete avaliar; ao PSD apenas compete fazer

a análise política”, disse.

As eleições intercalares para a câmara de Lisboa foram marcadas pelo Governo Civil para o dia 1 de Julho.

António Costa, ministro de Estado e da Administração Interna, será o cabeça de lista do PS para concorrer à presidência da câmara, o que implicou uma ‘mini-remodelação’ governamental.

Nesta remodelação, além da entrada de Rui Pereira para tutelar a pasta da Administração Interna, é criada uma nova secretaria de Estado da Modernização Administrativa, que será liderada por Maria Manuel Leitão Marques.

– Fonte: Lusa



O crescimento da economia, embora pequeno, é positivo, mas Portugal continua a “perder terreno” para o resto da União Europeia

O vice-presidente da bancada do PSD Miguel Frasquilho considerou “positivo” o crescimento da economia em 2,1 por cento, mas lembrou que Portugal continua “a perder terreno” relativamente à Europa.

“O crescimento em termos absolutos é positivo”, disse à Lusa Miguel Frasquilho, numa reacção aos números hoje divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o crescimento da economia.

De acordo com os dados divulgados pelo INE, o crescimento da economia portuguesa acelerou no primeiro trimestre, com um aumento homólogo (face ao mesmo período do ano anterior) de 2,1 por cento, o mais elevado desde o primeiro trimestre de 2002, segundo as estimativas rápidas do PIB.

Comentando estes números, Miguel Frasquilho disse tratar-se de um resultado positivo, alertando, contudo, para que os números não podem ser “encarados só do ponto de vista absoluto”.

“O crescimento em termos absolutos é positivo, mas o crescimento europeu continua a ser muito mais elevado, é muito mais positivo”, sublinhou.

Ou seja, acrescentou, “Portugal



continua a perder terreno” em relação aos outros países europeus.

“Portugal precisava de crescer muito mais para retomar a aproximação ao nível de vida europeu. Assim, continuamos a ficar para trás”, salientou, lembrando que, o crescimento da economia na zona Euro foi de 3,1

por cento, na Alemanha de 3,6 por cento, enquanto a economia em Espanha cresceu 4 por cento.

“Na Eslováquia o crescimento foi de 8,9 por cento, na Letónia de 10,7 por cento e na Lituânia atingiu 9,9 por cento”, acrescentou ainda Miguel Frasquilho. Estes países – lembrou – estão à beira de

ultrapassar Portugal, numa altura em que o desemprego atinge valores tão grandes como à mais de duas décadas – 8,4%, sem contar o aumento permanente de portugueses que “fogem da miséria” para a Espanha, onde já constituem a 2ª maior comunidade emigrante.

- Gab.Imp. PSD



Ordem e progresso

Ricardo Rio (*)



Para lá de outras filiações no domínio social, cultural, desportivo e político, sou membro da Ordem dos Economistas, da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros e das Associações de Antigos Alunos da Faculdade de Economia e da Universidade do Porto.

Em todos estes casos, confesso que me moveu mais o espírito de empatia pelo grupo que a vontade de estimular uma entidade representativa que se concentrasse na “preservação e defesa da espécie”.

Neste âmbito, aliás, confesso que me causa alguma estranheza todo e qualquer movimento de cariz corporativo que procure limitar o acesso ao exercício de determinada actividade profissional ou condicionar a livre concorrência entre os diferentes prestadores de serviços da mesma natureza.

Neste particular, são absolutamente inaceitáveis e passíveis de reprovação pública as atitudes de algumas Ordens e Associações profissionais que se presumem superiores aos próprios titulares do Ministério do Ensino Superior e que insistem em rejeitar a admissão a membro de alunos que concluíram licenciaturas em tais áreas de especialização, devidamente reconhecidas pelo Estado português.

Idêntica reprovação, aliás, merecem também as Ordens e Associações profissionais que se opõem ao aparecimento de novas formações em áreas de reconhecidas carências ao nível dos recursos humanos nacionais, sem sequer cuidar de aferir da potencial qualidade das mesmas.

Por outro lado, certas “orientações” às práticas de determinados tipos de profissionais, seja em matéria de canais de comunicação com os potenciais clientes, seja em matéria de fixação de honorários mínimos ou padrão para certo tipo de serviços têm já merecido a vigilância atenta e actuante da própria Autoridade da Concorrência, como não poderia deixar de se esperar em mercados verdadeiramente livres.

A este propósito, as próprias orientações da União Europeia, vertidas para a Directiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro de 2006, estabelecem como princípios fundamentais a remoção dos entraves à instalação dos prestadores de serviços e à sua livre circulação entre os Estados-Membros.

Ora, neste âmbito, que papel se reserva para tais Ordens e Associações Profissionais: meros agentes promotores de momentos de convívio e lazer, angariadores de benefícios de diversa índole para a “classe” que representam e disseminadores de informação relevante para o exercício da profissão?

Se olharmos, por exemplo, para as competências da Ordem dos Economistas (OEc) que lhe são atribuídas pelo Estatuto anexo ao seu Decreto-Lei constitutivo (o Decreto-Lei nº 174/98, de 27 de Junho), poderá seguramente enquadrar-se nas mesmas a valorização do exercício da profissão, dotando os economistas dos instrumentos necessários à sua actividade, através de iniciativas formativas, informativas e outras, bem assim como, através da promoção de processos de certificação de competências que possam funcionar como mais-valia, mas não como factor de exclusão dos diferentes profissionais.

Neste quadro, a 2ª Convenção Nacional dos Economistas, que terá lugar no próximo dia 26 de Junho, em Lisboa, traz para a agenda de discussão a revisão do Estatuto da Ordem, nomeadamente o seu Artigo 4º - aquele que procede à definição do Acto de Economista -, porquanto se entende que tal definição é feita de uma forma tão genérica que torna inviável, em termos práticos, o controlo efectivo da sua aplicação.

Em tal Estatuto, designa-se por economista “o titular de licenciatura na área da ciência económica inscrito na Ordem como membro efectivo”, sendo que “a actividade e o exercício da profissão de economista materializam-se em análises, estudos, relatórios, pareceres, peritagens, auditorias, planos, previsões, certificações e outros actos, decisórios ou não, relativos a assuntos específicos na área da ciência económica”.

O objectivo da OEc passa por concretizar este normativo identificando actos que tenham de ser praticados perante as autoridades públicas, Administração Pública e os Tribunais, que apenas os Economistas estão habilitados a executar.

A este propósito, a Folha Informativa da Ordem relativa ao passado mês de Abril lançava um curioso desafio a um conjunto de docentes das principais Instituições de Ensino Superior em que são leccionados cursos de Economia, convidando-os a definir o que é “Ser Economista hoje”.

Desde a lapidar afirmação de Maria José Constâncio de que “ser economista é, sobretudo, saber manejar bem os números”, à escapatória útil invocada por vários dos entrevistados de que “os economistas fazem economia” ou “tratam de problemas económicos”, as diversas colaborações não escondiam o embaraço de definir “uma actividade tão pluridisciplinar” e “omnipresente” nas sociedades globalizadas.

Daí que se possa apontar, como Pedro Pita Barros, Carlos Pinho, Carlos Pimenta e outros, que ser economista “é uma forma de pensar, mais do que um acto específico”, o que requer a “diferenciada abordagem dos fenómenos, relacionando fundamentação teórica com a capacidade de tomada de decisão, em crescentes contextos de incerteza”, para “gerir (ou dizer como devem ser geridos) recursos escassos” com vista “à satisfação de necessidades abundantes”.

Em todos esses domínios, a “prática da actividade económica deve ser acompanhada de uma elevada consciência ética” e funcionar como “elo de um verdadeiro processo de progresso”. Hoje e sempre. – (*) **Economista, presidente da CPS /PSD-Braga**

Nota da Redação: O “Povo Livre” não resistiu a adicionar ao artigo do nosso habitual colaborador e amigo, Ricardo Rio, uma apostila ligeira, e citar a famosa definição do Dr. Laurence J. Peter: “Um economista é um perito que saberá amanhã porque razão as coisas que ele previu ontem, não acontecem hoje. - LR

Fernando Negrão candidato à Câmara de Lisboa

Ideias-chave de uma candidatura

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa assegurou quarta-feira passada que irá colocar a autarquia a funcionar de forma transparente, sem suspeitas, caso venha a vencer as eleições intercalares marcadas para 1 de Julho. «Quero uma Câmara a funcionar de forma transparente sem suspeitas e sem promiscuidades. Os interesses a defender são apenas os dos lisboetas», manifestou Fernando Negrão, durante a apresentação da sua candidatura, em Lisboa, no Centro Cultural de Belém.

Por isso, acrescentou, se for eleito, irá assumir pessoalmente o pelouro do Urbanismo.

Fernando Negrão apontou «cinco pontos essenciais» para a sua actuação. Assim, além de garantir colocar a Câmara a funcionar de forma transparente, Fernando Negrão disse querer liderar uma autarquia que dê exemplos, «desde logo ao nível das assessorias», assegurando que pretende promover «uma redução drástica do número de assessores, fixando regras muito exigentes nessa matéria».

O antigo ministro da Segurança Social, da Família e da Criança referiu-se ainda à situação financeira da autarquia, anunciando que, se liderar a autarquia, irá encomendar um estudo a uma instituição financeira nacional, com vista à «definição de soluções, metas e calendários concretos para o saneamento das finanças do município».

Uma Câmara que defenda junto do Governo os interesses e a competitividade da cidade de Lisboa foi outro dos objectivos colocados pelo candidato, pelo que não irá aceitar a construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa na Ota. «A Ota é uma má solução para Lisboa [...] Comigo na presidência da Câmara, o Governo vai mesmo ter



de dialogar com Lisboa», disse, recusando aceitar «a teoria do facto consumado».

Fernando Negrão elegeu ainda a protecção social como uma área a que dará uma prioridade social. «Neste quadro, quero dizer-vos: darei uma prioridade especial à protecção social, ao combate à exclusão social, a um reforço da aposta na rede social, alargando-a a todos os intervenientes», frisou.

Declaração do candidato

«Após cerca de 25 anos de intensa actividade profissional que sempre

me exigiu muito trabalho, maior exigência, redobrado rigor e grande responsabilidade, aos 46 anos decidi abraçar a vida política por considerar que esses valores seriam importantes para Portugal e para os Portugueses.

Toda a minha vida tem sido feita exclusivamente e por opção pessoal, ao serviço do interesse público, ciente de que o caminho que escolhi é o que melhor se adequa à defesa do interesse geral em detrimento do interesse particular.

Na minha actividade profissional habituei-me a olhar para a vida e para as pessoas que estão dentro dela, sempre de uma forma geral e abstracta, ou seja, sem fazer qualquer tipo de discriminação em razão da posição social ou económica, da

opção religiosa, da cor da pele ou do estatuto cultural.

Dos anos que já tenho de actividade política, sempre exercida como independente, aprendi que na sociedade tão desigual em que vivemos, é necessária a discriminação positiva, ou seja, olhar com mais atenção para os mais carentes, os mais marginalizados, os mais sós.

Uma coisa porém se manteve inalterável.

A crença profunda nos valores do trabalho, da seriedade, da exigência, do rigor e da responsabilidade.

Como Magistrado habituei-me a defender os valores do rigor, da isenção e da independência.

Como Ministro da Solidariedade Social, aprendi no terreno a





importância da justiça social e a necessidade de combate à exclusão dos mais carenciados.

Como Presidente do IDT, percebi bem como se pode combater o flagelo da toxicod dependência, em especial no que diz respeito aos jovens.

Como Director Geral da Polícia Judiciária reforcei a minha convicção de que o combate à corrupção e à criminalidade é um combate permanente, a travar sem tréguas nem quartel.

São estas experiências de vida que agora me serão muito úteis ao serviço de Lisboa.

Tive inúmeros desafios na minha actividade profissional, as quais procurei responder pondo no centro de toda a actividade o cidadão e a procura de melhor justiça.

Tenho tido muitos desafios na actividade política e com elas só tenho reforçado as convicções que já tinha, acrescentando o conhecimento concreto das pessoas, bem como a alegria da proximidade e da possibilidade de resolver os seus problemas.

Estou, hoje, confrontado com um grande desafio.

O desafio da Câmara Municipal da Cidade que é de todos os Portugueses e que é LISBOA. É um desafio difícil. Mas eu gosto de desafios difíceis. É um desafio estimulante. Não me falta energia e vontade para o vencer.

O desafio de Lisboa é o desafio de uma Cidade onde, de uma vez por todas, a preocupação central deve ser a de olhar para o futuro, tratando já com todo o empenho do presente dos Lisboaetas.

Lisboa é a capital do País. Temos de fazer de Lisboa uma cidade competitiva e atraente, moderna e bonita, justa e solidária.

Os idosos precisam de atenção. Os jovens merecem novas oportunidades. A classe média tem de ser estimulada. As Juntas de Freguesia têm de ter um protagonismo e uma intervenção muito maiores do que têm tido até hoje. Elas são pilares essenciais da Lisboa do presente e do futuro.

Dentro em breve apresentarei o meu Programa Eleitoral.

Cinco pontos essenciais para uma Presidência

Mas desde já quero anunciar 5 pontos essenciais da minha actuação como Presidente da Câmara:

Primeiro: quero uma Câmara a funcionar de forma transparente, sem suspeitas e sem promiscuidades. Os interesses a defender são apenas os dos Lisboaetas. A título exemplificativo, quero anunciar que, uma vez eleito, assumirei pessoalmente o pelouro do Urbanismo. É sempre uma área muito sensível. Quero regras claras. Não aceito suspeições de qualquer espécie;

Segundo: quero uma Câmara a dar



Fernando Negrão elege idosos como prioridade

Na sua primeira iniciativa de pré-campanha eleitoral, o candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa deslocou-se ao Centro de Dia de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa, segunda-feira.

Fernando Negrão afirmou durante a visita que os idosos serão uma prioridade no seu mandato, caso vença as eleições. «Os idosos serão a minha preocupação central», assegurou o antigo ministro da Segurança Social, da Família e da Criança.

Fernando Negrão manifestou querer «não só uma cidade moderna, mas também uma cidade solidária para os idosos», daí a «escolha propositada» para visitar um Centro de Dia como primeira acção de pré-campanha para as eleições de 15 de Julho.

exemplos. Desde logo, ao nível das assessorias. Há vários mandatos que se instalou uma prática de um excesso de assessores do Presidente da Câmara e dos Vereadores. Esta matéria tem merecido, e bem, reparo público.

O excessivo recurso a assessores contribui, por um lado, para desresponsabilizar e desmotivar os funcionários municipais; e acarreta, por outro lado, um acréscimo de despesas de dinheiros públicos que não é aceitável, nomeadamente em tempo de dificuldades financeiras. Promoverei, por isso, uma redução drástica do número de assessores, fixando regras muito exigentes nesta matéria.

Terceiro: quero uma Câmara a defender a sério junto do Governo os interesses e a competitividade da cidade de Lisboa. Neste sentido, não aceitarei o projecto da OTA. A OTA é uma má solução para Lisboa. Em

especial é uma forte penalização para o turismo de Lisboa. Comigo na Presidência da Câmara o Governo vai ter mesmo de dialogar com Lisboa. Em nome dos Lisboaetas não aceito a teoria do facto consumado.

Quarto: a situação financeira muito difícil da Câmara. Este é um grande calcanhar de Aquiles. Já é assim há vários anos. Mas ainda se agravou recentemente com a Lei das Finanças Locais, Lei essa da autoria do Ministro António Costa que depois de diminuir as receitas da Câmara de Lisboa se propõe, agora, veja-se bem, defender Lisboa e os Lisboaetas. É preciso ter para este assunto uma solução sólida e sustentada no tempo. Para além do rigor na gestão e da contenção das despesas inúteis que praticarei com grande exigência, desde já quero anunciar que encomendarei um estudo a uma instituição financeira

nacional com vista à definição de soluções, metas e calendários concretos para o saneamento das finanças do Município.

Quinto: A questão social. Lisboa tem problemas sociais graves. Um terço da população de Lisboa é constituída por idosos. Destes, 32 mil vivem em solidão. Por outro lado, há muitos bairros degradados, onde o padrão de vida dos cidadãos está muito longe do aceitável. Nesses bairros há muita pobreza, há muita exclusão e em alguns casos reina a insegurança. Finalmente, não é fácil a integração dos jovens na vida urbana da cidade.

Neste quadro, quero dizer-vos: darei uma prioridade especial à protecção social, ao combate à exclusão social, a um reforço da aposta na rede social, alargando-a a todos os intervenientes.

Se quero uma cidade competitiva e culturalmente atractiva, a nossa primeira obrigação de cidadania é fazer de Lisboa um espaço de Solidariedade.

Aceitei ser Candidato à Câmara Municipal de Lisboa porque acredito intensamente que é possível, respeitando a sua identidade, torná-la ainda mais bela, mais saudável e mais cosmopolita e, assim, dá-la de volta aos Lisboaetas.

Conto com todos vós para esta tarefa. Com a confiança dos Lisboaetas. Com o apoio empenhado dos dirigentes, militantes e simpatizantes do PSD.

Termino, com um poema de Sophia de Mello Breyner, do qual me lembro, sempre que calcorreo as ruas de Lisboa,

“O poema é
A Liberdade
Um poema não se programa
Porém a disciplina
- sílaba por sílaba –
O acompanha
Sílaba por sílaba
O poema emerge
- como se os deuses o dessem
O fazemos”

Dados biográficos de Fernando Negrão

Fernando Negrão nasceu a 29 de Novembro de 1955. É casado e pai de dois filhos.

Cumprido o Serviço Militar na Força Aérea Portuguesa. É licenciado em Direito. Foi Juiz cerca de 20 anos, e exerceu igualmente as funções de Vogal no Conselho Superior de Magistratura.

Foi Director-Geral da Polícia Judiciária, coordenador nacional da luta contra a droga e presidiu ao Instituto da Droga e da Toxicod dependência.

Desempenhou as funções de Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, é Vereador na Câmara Municipal de Setúbal e é Vice-Presidente da bancada parlamentar do PSD.

– Fontes: PSD, Lusa, DN; fotos Luís Saraiva

Intervenção sobre a proposta de alteração do regime jurídico do divórcio

Deputado Jorge Varanda
Assembleia da República, 16 de Maio de 2007



(...)

O Bloco de Esquerda propõe-nos hoje aqui uma espécie de «revolução» no regime jurídico do divórcio, só que uma revolução perfeitamente desgarrada, inconsistente e desajustada, para além de desarticulada com o restante regime legal que permanece inalterável.

Recuperando um projecto de lei que já tinha apresentado na anterior legislatura (o Projecto de Lei n.º 271/IX), que não chegou, porém, a ser discutido, o Bloco de Esquerda propõe-nos que o divórcio possa ocorrer a pedido de um dos cônjuges.

Até aqui não há absolutamente nada de novo, porque também o divórcio litigioso ocorre justamente a pedido de um dos cônjuges, contra a vontade do outro, ou seja, no divórcio litigioso, um dos cônjuges requer contra o outro, em acção judicial, o divórcio, invocando a causa específica da dissolução do casamento, que pode ser de uma de duas: uma causa subjectiva, assente na violação culposa dos deveres conjugais (é o chamado «divórcio-sanção», previsto no artigo 1779º do Código Civil) ou uma causa objectiva que se reconduz a uma situação de ruptura da vida conjugal considerada independentemente de culpa dos cônjuges (é o chamado «divórcio-remédio», previsto no artigo 1781º do Código Civil).

As novidades propostas na iniciativa ora em discussão consistem, por um lado, na desnecessidade de invocação de qualquer causa específica para o divórcio e, por outro, na atribuição de competência exclusiva para o efeito aos conservadores do Registo Civil.

Com efeito, segundo o projecto de lei, o cônjuge que não deseje manter-se casado pode a qualquer momento requerer o divórcio, na Conservatória do Registo Civil competente, declarando expressamente ser essa a sua vontade.

Basta para o efeito instruir o pedido com uma certidão de cópia integral do registo de casamento, uma certidão da convenção antenupcial se a houver e, no caso de haver filhos menores, uma certidão da pendência ou da sentença judicial de regulação do exercício do poder paternal.

É tão simples quanto isto.

A simplificação proposta pelo Bloco de Esquerda, fundada na



evidente intenção de liberalizar o divórcio, é de tal ordem que será muito mais fácil requerer o divórcio a pedido de um dos cônjuges, contra a vontade do outro, do que o divórcio por mútuo consentimento, o que é verdadeiramente paradoxal!

Na verdade, no divórcio requerido por ambos os cônjuges, de comum acordo, é necessário um rol muito mais extenso de documentos a apresentar na Conservatória do Registo Civil.

Com efeito, para além da certidão de cópia integral do registo de casamento; da certidão da convenção antenupcial se a houver; e da certidão da sentença judicial de regulação do poder paternal relativamente aos filhos menores, se os houver, ou de acordo sobre o exercício deste; os cônjuges têm ainda de apresentar:

- Relação especificada dos bens comuns, com indicação dos respectivos valores;

- Acordo sobre a prestação de alimentos, no caso de existir essa necessidade para um dos cônjuges; e

- Acordo sobre o destino da casa de morada de família.

Ou seja, o divórcio a pedido de um dos cônjuges, contra a vontade do outro, afigura-se muito menos exigente do que o actual regime do divórcio por mútuo consentimento, o que não faz sentido nenhum.

A par da singeleza do pedido, o processo proposto pelo Bloco de Esquerda para o divórcio a pedido de um dos cônjuges afigura-se de uma ligeireza atroz, em manifesto prejuízo

dos direitos do cônjuge não requerente.

Senão vejamos:

Requerido o divórcio por um dos cônjuges, o conservador convoca ambos para uma primeira conferência de conciliação. Não sendo a conciliação possível, o conservador adverte o requerente que deverá renovar o pedido de divórcio após um período de reflexão de três meses. Se na 2ª conferência não for novamente possível a conciliação, o conservador declara o divórcio, procedendo, de seguida, ao respectivo registo.

Que processo tão simples!...

Um dos cônjuges deseja divorciar-se e esse pedido, após umas ligeiras formalidades, é-lhe concedido praticamente «na hora».

Onde fica o outro cônjuge no meio deste processo?

Só é ouvido nas duas tentativas de conciliação e mais nada. Rigorosamente mais nada.

Não pode contestar o pedido de divórcio, não pode alegar factos que lhe permitam a atribuição de indemnização por danos não patrimoniais causados pela dissolução do casamento, não pode requerer o arrendamento da casa de morada de família, não pode requerer alimentos. Não pode fazer absolutamente mais nada!

Pior, o cônjuge não requerente é altamente prejudicado em termos patrimoniais com o divórcio assim declarado: não pode receber na partilha mais do que receberia se o casamento tivesse sido celebrado segundo o regime de comunhão de adquiridos (e, tendo contraído casamento segundo o regime de comunhão geral, o prejuízo é evidente) e perde todos os benefícios recebidos ou a receber do outro cônjuge ou de terceiro, em vista do casamento ou em consideração do estado de casado.

É caso para perguntar, onde está o equilíbrio deste regime?

É evidente que não há nenhuma moderação no regime proposto – trata-se, isso sim, de impor a vontade de um cônjuge sobre o outro, em claro prejuízo deste último, de forma praticamente automática.

Será legítimo favorecer

inadvertidamente a vontade de um dos cônjuges, sacrificando injustificadamente os interesses do outro?

Isto é, a nosso ver, um profundo despautério! Uma autêntica aberração jurídica!

E não venha o Bloco de Esquerda com argumentos de direito comparado, porque não há, noutros ordenamentos jurídicos, um sistema igual ao que agora é por si proposto.

Apesar de a lei espanhola, desde 2005, permitir o divórcio a pedido de um dos cônjuges, não o faz nos moldes irreflectidos e levianos como propõe o Bloco de Esquerda.

A primeira grande e substancial diferença é que, em Espanha, o divórcio a pedido de um dos cônjuges é judicialmente decretado: cabe ao tribunal apreciar o pedido feito pelo cônjuge proponente, pedido esse que deve ser acompanhado de proposta que regule as consequências do divórcio, a qual deve conter, designadamente, a atribuição do uso da casa da morada de família e de uma pensão ao cônjuge que fique em situação economicamente mais desfavorecida. Na falta de acordo entre os cônjuges, compete ao juiz determinar, em sentença, as consequências do divórcio, atendendo a um conjunto bastante alargado de circunstâncias, que, entre outras, vão desde a idade e estado de saúde dos cônjuges, passando pela dedicação à família e duração do casamento, aos meios económicos e às necessidades de um e outro cônjuge.

Ou seja, em Espanha não vigora um regime cego e automático, como o proposto pelo Bloco de Esquerda, já que o pedido de divórcio por um dos cônjuges passa necessariamente pelo crivo do Tribunal que salvaguarda e zela os interesses de ambos os cônjuges.

O Bloco de Esquerda também faz referência, na exposição de motivos da proposta em discussão, ao direito francês e ao direito alemão. A verdade, porém, é que nem um, nem outro prevêem algo sequer similar ao proposto na iniciativa ora discutida.

Na Alemanha, o casamento só pode ser dissolvido por decisão judicial a pedido de um ou de ambos os cônjuges, quando tiver fracassado. E considera-se que o casamento fracassou quando a vida em comum



deixou de existir, não havendo possibilidade de a restabelecer, presumindo-se de modo irrefutável o fracasso do casamento se os cônjuges viverem separadamente há mais de três anos, se ambos os cônjuges pedirem o divórcio ou se a parte contra o qual o divórcio é requerido o aceitar.

Por outro lado, em França, existe três modalidades de divórcio, todas elas da competência do tribunal:

- o divórcio por mútuo consentimento, que pode ser a pedido de ambos os cônjuges ou a pedido de um dos cônjuges e aceite pelo outro;
- o divórcio por ruptura da vida em comum;
- o divórcio por violação culposa dos deveres conjugais.

Não há, portanto, paralelo possível entre o direito alemão ou o direito francês com o regime inusitadamente proposto pelo Bloco de Esquerda.

Acolhendo, de forma tão desmesurada, a liberalização do divórcio não se percebe por que é que o Bloco de Esquerda não levou a sua

proposta às últimas consequências e, pelo contrário, manteve o regime do divórcio litigioso em vigor, o que é um evidente contra-senso.

Haverá alguma razão em particular para isso?

Sinceramente parece-nos que nem próprio o Bloco de Esquerda acredita na bondade sua proposta. Só isto pode justificar a proposta de um regime que prejudica visivelmente outro (o do divórcio litigioso), mantendo-se, todavia, este último em vigor.

A actual configuração jurídica do divórcio, que admite, por um lado, o divórcio por mútuo consentimento e,

por outro lado, o divórcio litigioso, quer na sua vertente de «divórcio-sanção», quer na sua vertente de «divórcio-ruptura», parece-nos adequada, ponderada e ajustada.

Não vemos, pois, necessidade para que o regime jurídico do divórcio seja revisto e, menos ainda, compactuaremos com uma proposta que acima de tudo constitui um factor de manifesto desequilíbrio entre os cônjuges na extinção do vínculo conjugal, com a inerente desestabilização social e familiar que isso acarreta.

Por isso, rejeitamos peremptoriamente este projecto de lei.

Questionou o Ministro de Defesa Nacional no debate sobre perguntas sectoriais em matéria de Defesa Nacional e das Forças Armadas

Deputado Correia de Jesus
Assembleia da República, 18 de Maio 2007

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o decretamento de providências cautelares relativamente a medidas disciplinares decididas por chefes militares confrontou as nossas Forças Armadas com um grave problema de coesão e disciplina interna.

Desde o princípio, o Partido Social Democrata, nomeadamente o seu Grupo Parlamentar, adoptaram a este respeito uma atitude de grande prudência e responsabilidade. Sempre entendemos que, se, por um lado, era imperioso salvaguardar a tutela jurídica dos direitos, liberdades e garantias dos militares punidos com sanções disciplinares, por outro lado, não poderia ser posta em causa a disciplina militar, esteio essencial da coesão das nossas Forças Armadas. Foi na defesa desses princípios e com a preocupação de os conciliar no estrito respeito pela Lei Fundamental, que o PSD manteve com o Governo um diálogo frutuoso e construtivo, cujo resultado é a Proposta de Lei N.º 135/X/2, que estabelece o “Regime Especial dos Processos Relativos a Actos Administrativos de Aplicação de Sanções Disciplinares Previstas no Regulamento de Disciplina Militar”, Proposta que, neste momento, aguarda o Relatório e Parecer da Comissão de Defesa Nacional.

O meu Grupo Parlamentar continuará a acompanhar esta matéria com particular atenção, nomeadamente em sede de especialidade, de modo que, a final, as soluções consagradas sejam, além de constitucionais, razoáveis, justas e equilibradas.



(...)

A Lei de programação Militar é o instrumento fundamental da política do Estado português em matéria de Defesa Nacional. Nela se contemplam as capacidades e programas, com as respectivas dotações financeiras, indispensáveis à modernização e reequipamento das Forças Armadas, sem o que o Sistema de Forças Nacional não poderá responder às nossas exigências de defesa e segurança.

Senhor Ministro, quando aqui foi discutida a proposta de Revisão Lei de Programação Militar, em Julho de 2006, o Governo veio dizer-nos que

a nova Lei de Programação Militar era uma lei de continuidade em relação à Lei de 2003, então ainda em vigor.

Discordando do Governo, tive, na altura, oportunidade de afirmar: “Será de continuidade na forma, mas não no conteúdo, já que, mantendo nominalmente os programas e capacidades aí previstos, não garante a sua existência, nomeadamente do ponto de vista financeiro. É mais uma lei virtual a exemplo de tantas outras iniciativas deste Governo. Parece que resolve o problema do reequipamento e modernização das nossas Forças Armadas, mas cerceia os meios financeiros indispensáveis à sua execução, ao prever uma cativação de 40%, ao

apoiar-se em receitas aleatórias e emolpadas de uma eventual venda futura de equipamentos usados e ao consagrar uma diminuição do valor global do primeiro sexénio em relação ao valor consignado na actual lei” (fim de citação).

Ora, decorrido cerca de um ano, já é possível formular alguns juízos de facto, e políticos, sobre o modo como tem vindo a ser executada a LPM.

Senhor Ministro, o que se constata é que a taxa de execução em 2006, por ser de apenas de 56,09%, veio inverter a tendência de subida que se vinha verificando desde 2002; que o

mecanismo de cativação é reconhecido por todos os responsáveis como um factor limitador do processo de reequipamento das Forças Armadas; que é necessário melhorar os mecanismos e condições de planeamento e de execução da lei; que se verificam atrasos na execução de alguns projectos, a saber: armamento ligeiro, modernização dos F-16, helicópteros NH90 e navios de patrulha oceânica (NPO).

Senhor Ministro,

Em face deste cenário tão preocupante, é legítimo colocar a Vossa Excelência as seguintes perguntas:

Primeira: O insuficiente grau de execução da LPM põe em causa a operacionalidade das nossas Forças Armadas no cumprimento das missões que lhes estão cometidas pela Constituição e pela lei?

Segunda: Considera que, perante tais dificuldades e insuficiências, o Sistema de Forças Nacional adequa-se e responde às exigências da nossa realidade geo-estratégica, aí incluindo não só o território do Continente, mas também os Arquipélagos dos Açores e da Madeira?

Terceira: Qual o ponto de situação em relação à projectada venda de equipamentos usados, em cujas receitas o Governo depositava grandes esperanças?

Quarta: Qual o impacto quantificado da inexecução da LPM sobre a realização das contrapartidas previstas para os respectivos programas?

Intervenção sobre a proposta de alteração do Decreto – Lei nº185/93, na parte respeitante à colocação no estrangeiro de menores residentes em Portugal para adopção

Deputado Luís Montenegro
Assembleia da República, 16 de Maio de 2007

O Projecto de Lei que o PS hoje aqui nos apresenta pretende a reposição da norma prevista no n.º 3 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, que foi eliminada na reforma do regime jurídico da adopção, ocorrida em 2003, através da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto.

A norma em causa consagra três excepções ao princípio da subsidiariedade – princípio segundo o qual a adopção no estrangeiro só terá lugar quando não for viável a adopção em Portugal.

Com efeito, segundo aquela norma, se o menor fosse da nacionalidade do candidato a adoptante (1ª excepção) ou filho do cônjuge deste (2ª excepção) ou se o interesse do menor aconselhasse a adopção no estrangeiro (3ª excepção), era permitida a colocação no estrangeiro de menores residentes em Portugal com vista à sua adopção no estrangeiro, mesmo que se mostrasse viável a sua adopção em Portugal.

Estas excepções ao princípio da subsidiariedade caíram, isto é, foram suprimidas, na reforma de 2003.

É um facto que nenhuma das iniciativas que estiveram subjacentes à Lei n.º 31/2003 – a Proposta de Lei n.º 57/IX, do XV Governo Constitucional, e o Projecto de Lei n.º 295/IX, do PS – propuseram alterações ao referido artigo 15º e, portanto, nenhuma delas alvitrou *ab initio* a eliminação do n.º 3 desse artigo.

Este facto poderia indiciar, como sugerem os proponentes da iniciativa ora em discussão, que a eliminação da referida norma se deveu a um eventual “*lapsus material*”.

Não nos parece, contudo, que tenha sido esse o caso.

É que, compulsados os trabalhos preparatórios que estiveram na origem da Lei n.º 31/2003, verifica-se que o grupo de trabalho incumbido de preparar a revisão do regime jurídico da adopção, elaborou um texto de fusão das duas iniciativas, do qual constam duas alterações ao artigo 15º do Decreto-Lei n.º 185/93 – uma alteração ao seu n.º 2 e a supressão do seu n.º 3, sendo que estas alterações foram aprovadas com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP, conforme consta do relatório de votação na



especialidade em Comissão.

Ou seja, apesar de nenhuma das iniciativas então em discussão propor alterações ao artigo 15º, o grupo de trabalho encarregue de as trabalhar propôs duas alterações àquele preceito legal, uma das quais consistiu precisamente na supressão do seu n.º 3.

Não nos parece, por isso, que se possa falar em “*lapsus material*”, para justificar o desaparecimento dessa norma.

Parece-nos, isso sim, que se tratou de uma opção consciente do legislador de então.

Aliás, atrevemo-nos mesmo a relembrar a razão que terá presidido a esta opção legislativa – quis-se evitar o desenraizamento da criança do seu

país de origem quando se mostre viável a sua adopção em Portugal.

Na verdade, a revogação das excepções ao princípio da subsidiariedade deveu-se à intenção de se privilegiar a manutenção da criança no seu país de origem (Portugal), onde a criança nasceu e vive.

Não se pode olvidar que a reforma operada em 2003 foi, toda ela, norteada pela defesa intransigente do “*interesse superior da criança*”, entendendo-se que esta solução traduziria uma melhor defesa desse interesse.

O PS, que concordou com essa alteração, fala agora em “*retrocesso em matéria de direitos dos portugueses residentes no estrangeiro*”, afastando-se de colocar a tónica no interesse das

crianças. Há quatro anos perguntou-se: não será mais benéfico para as crianças serem adoptadas em Portugal se a sua adopção aqui se mostrar viável? Não será melhor a integração delas, sempre que isso se mostre possível, no seio de famílias candidatas residentes em Portugal, ao invés do seu desenraizamento e colocação no estrangeiro?

E no que concerne ao direito dos emigrantes a poderem adoptar, trata-se naturalmente duma questão sensível, complexa e pertinente. Mas a lei não lhes retira esse direito. O que a lei faz é submeter o seu exercício ao princípio da subsidiariedade, como se disse já, numa perspectiva de priorizar o interesse superior da criança.

(...)

Dito isto, não se pode estranhar que o PSD tenha sérias reservas quanto à reposição integral da referida norma.

No nosso entendimento, esta matéria carece de muita ponderação, não podendo ser tratada precipitadamente, como resposta imediata a um caso concreto que a todos possa ter sensibilizado.

Acresce, finalmente, que consideramos que uma matéria tão importante como esta não merece ser tratada de forma tão pontual. Todos sabemos dos entraves que ainda hoje persistem nos processos de adopção de crianças no nosso país, atrasos, descoordenação, burocracia. Coisas que certamente reclamam, porventura com maior clamor, a atenção do legislador.

Por isso termino afirmando que não será despidendo recordar que, muito embora a reforma de 2003 tenha eliminado alguns dos constrangimentos e bloqueios no processo de adopção, a verdade é que ainda hoje continua a ser demasiado longa a espera de muitos casais que pretendem adoptar. Muito tempo para quem quer adoptar, uma eternidade para as crianças que estão à espera de uma família.

Neste tempo importante é reflectirmos sobre esta realidade no seu conjunto, avaliarmos a evolução da situação face ao novo quadro legal, ao invés de discutirmos medidas pontuais destinadas a resolver casos concretos.



Intervenção sobre o enquadramento legal das associações humanitárias de Bombeiros, bem como a regulação das suas relações com o Estado.

Deputado Paulo Pereira Coelho
Assembleia da República, 17 de Maio de 2007



sentido de melhorar o diploma se para isso houver disponibilidade por parte da maioria socialista, em sede de especialidade.

Embora não conste deste diploma temos de denunciar a insólita situação que ainda perdura em Portugal que deve ser o único país que delegou a Escola Nacional de Bombeiros a uma entidade privada, pagando o funcionamento da mesma, mas abdicando de um instrumento essencial para a prossecução da orientação política que só ao estado compete definir, tanto mais grave quando o mesmo estado reconhece a falta de formação em áreas específicas e que cada vez mais exigem especialização e competência dos recursos humanos afectos à Protecção Civil.

(...)

Votaremos favoravelmente o presente diploma embora com o sabor amargo de estarmos perante um diploma que como diz o povo “não atrasa nem adianta...antes pelo contrário”...

(...)

A proposta de lei que hoje está em apreciação tem como objecto o enquadramento legal das associações humanitárias de Bombeiros, bem como a regulação das suas relações com o Estado.

Cumprindo em primeiro lugar dirigir uma palavra de profundo respeito e admiração pelo papel indispensável e inigualável que os Bombeiros Voluntários e as respectivas associações Humanitárias representam para todos os portugueses. Não há adjectivos que por si só consigam honrar o sentimento de admiração e gratidão que a sociedade Portuguesa tem pelos Bombeiros em geral.

No entanto, a presente proposta de Lei, fica muito aquém do que nos tinha anunciado este Governo quando esboçou as orientações estratégicas que tem para a organização do sistema de Protecção Civil e Socorro.

Quando tudo apontava para uma cada vez maior profissionalização do sistema verifica-se que tal não passa de um objectivo que a presente proposta não só não concretiza como dá indicações contraditórias pois não acentua em nada a profissionalização e mantém o status quo, que para um governo dito reformista esta proposta é a sua negação.

Aliás, a proposta inicial do governo esboçava a tal reforma mas face à contestação da Liga o governo recuou em boa ordem e assim lá se ficou pelos anúncios pomposos de reforma o que representa uma

oportunidade perdida e uma incoerência entre a propaganda e a realidade.

Por outro lado podemos detectar uma eventual inconstitucionalidade neste diploma pois não assegura a liberdade de associação na sua plenitude pois à partida assegura a uma só entidade a representação exclusiva o que se afigura de duvidosa constitucionalidade. Com isto não queremos por em causa a actual representatividade da Liga mas tal não era necessário estar plasmado num diploma que se pretende enquadrador de uma actividade. Porque se é verdade que hoje a liga representa as associações isso não poderá significar que amanhã surjam outras estruturas igualmente representativas e por absurdo não sejam reconhecidas pelo estado como aliás este mesmo diploma parece impor.

(...)

Esta é no nosso entendimento mais uma oportunidade perdida para verdadeiramente reformar um sector que toda a sociedade portuguesa sabe que era urgente fazer e que muitos dos Bombeiros ansiavam que acontecesse para operar as mudanças que a maioria reclama mas que os mais conservadores resistem a aceitar por temerem perder privilégios.

No entanto estamos disponíveis para viabilizar esta proposta de lei, mas não deixaremos de apontar outras soluções e ouvir outras organizações que naturalmente poderão ter opiniões diversas no

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 23 DE MAIO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Interpelação ao Governo do PCP
(Sobre as injustiças sociais do emprego e dos direitos dos trabalhadores)

QUINTA-FEIRA, DIA 24 DE MAIO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Relatório Anual de Segurança Interna 2006.

Projecto de Lei n.º 372/X (PSD)

(Cria o regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica)

VOTAÇÕES às 18h00

SEXTA-FEIRA, DIA 25 DE MAIO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 127/X (GOV)
(Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o Biénio de 2007/2009, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal)

Relatório de Participação de Portugal no Processo de Construção Europeia.

Proposta de Lei n.º 133/X (GOV)

(Autoriza o Governo a adaptar o regime geral das contra-ordenações no âmbito da transposição de várias directivas)

Intervenção sobre o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal

Deputado Miguel Santos
Assembleia da República, 17 de Maio de 2007.

A filosofia subjacente às opções legislativas respeitantes à protecção civil decorre directamente dos preceitos constitucionais, designadamente de alguns dos seus princípios fundamentais referentes às tarefas prioritárias do Estado em matéria de protecção da vida, integridade física, segurança, bem-estar e saúde das pessoas, defesa do património cultural, da Natureza e do ambiente e preservação, em geral, dos bens da comunidade e dos indivíduos, sobretudo nas circunstâncias mais adversas, como em situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, sejam eles de origem natural ou humana.

O Estado, na concepção adoptada pela Constituição da República Portuguesa, não pode seleccionar livremente os seus objectivos, encontrando-se, antes, comprometido na realização dos fins constitucionalmente consagrados. Neste sentido, a norma constante do artigo 9º da Constituição consubstancia, em primeira linha, a tradução de princípios políticos fundamentais que constituem as verdadeiras directivas e obrigações concretas para o Estado. E aí se descortina, naturalmente, entre outras, também a matéria da promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos portugueses.

Ao nível da União Europeia o tema da Protecção Civil tem vindo a evoluir no sentido de proporcionar, cada vez mais, uma melhor resposta aos cidadãos e às situações. Esta posição política baseia-se, em muito, num contexto histórico-político actual onde pontifica a experiência adquirida nos últimos anos em vários cenários de catástrofes ocorridas, infelizmente, um pouco por todo o lado. Refira-se, a este propósito e a título ilustrativo, o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, que teve lugar em Junho de 2000, e no qual o tema da protecção civil foi identificado como um dos domínios prioritários em que deveria ser reforçada a capacidade civil da União para a gestão de crises.

E é no seio de todo este enquadramento jurídico-legal que devemos situar o sistema nacional de protecção civil, o qual foi desenvolvido pela Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, que aprovou as Bases do regime da Protecção Civil e procedeu à reformulação da estrutura orgânica deste Sistema no País.

Entre outros aspectos, a Lei nº 27/2006 cuidou, naturalmente, dos atinentes à previsão e estruturação de



um nível municipal no Sistema de Protecção Civil, em especial da matéria respeitante às Comissões Municipais de Protecção Civil.

Vem, agora, a Proposta de Lei nº 130/X, em apreciação, definir o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, estabelecer a organização dos Serviços Municipais de Protecção Civil e determinar as competências do Comandante Operacional Municipal.

A figura do Comandante Operacional Municipal encontra-se prevista na alínea b) do artigo 41º da Lei de Bases da Protecção Civil, a propósito, precisamente, da composição das respectivas comissões municipais.

Entrando, agora, na análise da Proposta de Lei 130/X dir-se-á que, de um ponto de vista ideológico, o conteúdo proposto se nos afigura correcto, embora se nos apresentem algumas reservas quanto a aspectos determinados da sua exequibilidade prática.

Apreciando mais aprofundadamente alguns dos pontos mais relevantes da Proposta de Lei que o Governo nos apresenta, diremos que, em termos genéricos, concordamos com o seu conteúdo no tocante às competências, funções previstas e à organização do nível local do sistema de protecção civil. Parece-nos, assim, adequado o

suporte técnico previsto com funções de coordenação que garante a interacção das forças em presença.

Contudo, sendo os Comandantes Operacionais Municipais recrutados de entre o universo que a lei estabelece para os Comandantes Operacionais Distritais e obrigando, o regime legal vigente, a que estes elementos possuam uma licenciatura, questiona-se, então, por que razão não foi aqui previsto um regime transitório especial que permitisse aos actuais Comandantes não-licenciados obterem, entretanto, esse grau académico, mantendo-se, contudo, entretanto, em funções.

Temos, igualmente, sérias reservas no tocante à questão do estatuto dos Comandantes Operacionais Municipais e, mais concretamente, quanto à possibilidade do exercício da responsabilidade disciplinar. Quem terá competência para a exercer?... O Presidente da Câmara Municipal? Neste caso, qual a relação jurídico-laboral que confere a tutela disciplinar?...

Por outro lado, nada é mencionado, nomeadamente no artigo 21º da Proposta de Lei, relativamente à estruturação da carreira da protecção civil. Nesta matéria, a presente Proposta de Lei constitui uma oportunidade clara para consagrar a carreira, nomeadamente prevendo mecanismos, prazos e formas de evolução.

Outro aspecto que, em nossa

opinião, merece atenção prende-se com o facto de não se encontrarem previstos quaisquer meios, nem sequer meios administrativos mínimos, necessários ao funcionamento dos Comandos Operacionais Municipais. Assim sendo, prepara-se o Governo para, de novo, atirar para a responsabilidade das Câmaras Municipais todos os encargos decorrentes da disponibilização dos meios indispensáveis ao funcionamento dos Comandos Operacionais Municipais. Aliás, esta postura por parte do Governo, não é original nem singular, já que em variadíssimas matérias, a opção de penalizar as autarquias e, noutros momentos, exigir a sua solidariedade tem sido uma política perniciosamente prosseguida pelo Governo.

Se assim não é, então questionamos se existe ou é previsível alguma transferência financeira para as autarquias, por forma a garantir que esta Proposta de Lei é exequível e que, também o Governo vai assumir as suas responsabilidades quanto à Protecção Civil, ao invés de promover as opções legislativas e despejar a responsabilidade nas autarquias.

Para o PSD, estes aspectos do regime proposto assumem uma relevância política e funcional que não podem, por isso mesmo, ser desmerecidos.

(...)



Intervenção sobre o aproveitamento energético da Biomassa Agrícola

Deputado Miguel Almeida
Assembleia da República, 18 de Maio de 2007

A forte dependência energética externa do nosso País - **80% a 90% da energia que consumimos é importada** - impõe um crescente investimento em todas as soluções tecnológicas que possam conduzir a uma maior eficiência na forma como utilizamos a energia, bem como a uma diversificação das fontes de abastecimento.

Desde 1999 que o preço do barril de crude quase quadruplicou. Vários são os factores que concorrem para este prolongado choque petrolífero, desde logo, a emergente economia Chinesa e a instabilidade política em alguns dos principais Países produtores.

A necessidade de alterar esta dependência surge, de forma muito suave, logo com os choques petrolíferos de 1973 e de 1979, Iniciando-se então uma discussão interna da necessidade de Portugal começar, mais cedo ou mais tarde, uma política energética séria que levasse o País a diminuir drasticamente esta sua penosa factura.

Tal política começou a ser definitivamente implementada pelos governos do PSD em finais da década de 80 do século passado com a aprovação dos Decretos-Leis números 188 e 189/88. Esses novos regimes jurídicos inauguraram, no nosso País, as políticas de Utilização Racional da Energia e a implantação e desenvolvimento das Energias Renováveis.

Também a política e a legislação comunitária foram sempre reflectindo não apenas as consequências directas dos acordos e compromissos internacionais entretanto assumidos - como os que se inscrevem do âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e o seu consequente Protocolo de Kyoto -, como tomaram muitas vezes a dianteira, como no caso da assumpção unilateral da redução de 8% das Emissões dos Gases com Efeito de Estufa até 2012 - enquanto a comunidade internacional se vinculou apenas a uns escassos 5,2% - ou na aprovação da Directiva que estabeleceu metas ambiciosas para todos os Estados-membros em matéria de implementação das Energias Renováveis.

Neste último pacote, coube a Portugal, no seio da União Europeia, um alvo de 39% para o ano de 2010.

Contudo, num seu recente discurso, no âmbito dos debates mensais aqui no Parlamento, o Sr. Primeiro-ministro veio ampliar essa meta para os 45% de toda a energia eléctrica que irá ser produzida no



País, nesse mesmo ano de 2010.

Para tanto, o Chefe do Governo baseou, todavia, a sua estratégia, no tocante à energia hídrica - segundo as suas próprias palavras - no reforço da capacidade de produção das centrais do Picote, Bemposta e Alqueva e, ainda, na aceleração do "ritmo de construção de barragens novas", mediante a elaboração de um "plano global de barragens", com vista a "atingir mais 1.300 MW de potência hídrica".

Contudo, é pelo incremento das pequenas centrais hídricas que se obtém muito menores impactes ambientais, um maior controlo dos caudais dos rios e uma maior dispersabilidade pelo território e, por isso, também uma acrescida capacidade localizada de irrigação dos campos, de modificação das condições locais e de desenvolvimento de actividades produtivas o que, em conjunto, acaba por encerrar um forte potencial para a fixação de pessoas e, por consequência, para a regressão do fenómeno da desertificação das regiões do interior do nosso País.

Deste modo, embora sendo difícil estimar com absoluto rigor o potencial de exploração mini-hídrica no nosso País, sempre se pode, com um apreciável grau de certeza, apontar para valores que rondam os 1.000 MW, dos quais entre 500 MW e 600 MW são concretizáveis em poucos anos (até 2010), com uma produção média entre 1.500 e 1.800 GWh/ano.

Por isto mesmo, apresentamos o Projecto de resolução 197/X, porque em nossa opinião o País não se pode dar ao luxo de desperdiçar tal potencial.

(...)

De entre as mais recentes fontes energéticas renováveis contempladas por medidas políticas, legislativas e administrativas internas conta-se a biomassa florestal cujo aproveitamento energético foi recentemente promovido, na sequência de um projecto de resolução por nós apresentado em Agosto de 2005 e aprovado por unanimidade nesta Assembleia.

Tal iniciativa levará não apenas à diversificação interna das fontes renováveis de aprovisionamento energético como, ao mesmo tempo, conduzirá a uma recolha de material combustível existente nos nossos campos e matas e, por consequência, a uma redução de matéria-prima para os habituais flagelos anuais dos incêndios florestais.

No entanto, importa cuidar que a gestão deste recurso deve ser feita de forma a salvaguardar os valores ambientais da floresta.

Por isso, também a biomassa agrícola pode contribuir expressivamente, quando devidamente aproveitada, para uma redução da dependência da biomassa florestal residual, constituir um factor dinamizador da agricultura nacional, pelo financiamento directo e indirecto

que vêm propiciar aos agricultores e resolver problemas ambientais decorrentes do vazadouro dos resíduos provenientes das indústrias agrícolas.

A biomassa agrícola, quer seja de produção agrícola dedicada, quer seja de resíduo das indústrias agrícolas têm um potencial energético elevado e só o seu aproveitamento traduz uma boa prática ambiental e económica.

Contudo, embora a legislação contemple já actualmente valores remuneratórios que permitem a realização de investimentos para vários sectores das Energias Renováveis, o mesmo não acontece, ainda, relativamente ao aproveitamento energético da biomassa agrícola.

Razão de fundo, pois, para a apresentação do projecto de Resolução 199/X.

Importa pois, promover o aproveitamento energético da biomassa proveniente da agricultura, passando a atribuir-se à remuneração da energia assim produzida valor equivalente ao atribuído actualmente à biomassa florestal residual.

Com a apresentação destes dois projectos de resolução, que espero que colham o apoio unânime da câmara, queremos contribuir para uma nova matriz energética nacional em que claramente as várias possibilidades de energias renováveis devem ser exploradas e potenciadas.

(...)

Em declaração política acusou o Governo Socialista de ser o mais centralista e controlador de que há memória na nossa democracia.

Deputado Sérgio Vieira
Assembleia da República, 16 de Maio de 2007

(...)

Centralista, porque convive mal com os poderes democráticos dos Municípios e das Regiões Autónomas, e porque não promove a coesão nacional.

Controlador, porque segue uma lógica nunca antes vista de concentração de poderes, não só no funcionamento do estado, mas também em áreas essenciais ao exercício dos direitos e liberdades, ou à qualidade da própria democracia.

Ao longo desta legislatura, o Governo tem lançado um duro ataque ao poder local em Portugal.

O Governo, deliberadamente, asfixia, maltrata e desprestigia o poder local.

Depois da lei das finanças locais e de ter afastado, liminarmente, as autarquias de qualquer participação efectiva nas orientações estratégicas dos futuros fundos comunitários, o Governo socialista quer agora retirar aos Presidentes de Câmara a legitimidade de dirigirem as Áreas Metropolitanas...

O PS quer voltar atrás, ao velho modelo de impor do Terreiro do Paço para o país, as formas de organização autárquica.

O PS quer afastar os próprios eleitos democraticamente pelas populações, da gestão e resolução dos problemas que lhes dizem respeito.

Aquilo que motiva esta proposta do Governo é domesticar as juntas metropolitanas e silenciá-las politicamente.

É uma proposta inqualificável e inaceitável.

Por este caminho, um dia destes o PS perde a vergonha toda, e ainda acaba por propor que os Presidentes de Câmara sejam designados pelo Terreiro do Paço e não eleitos pelas populações...

(...)

Estamos perante um Governo centralista que não promove a coesão nacional e parece governar contra algumas regiões do país.

Vejamos o exemplo do norte do país.

O norte, onde reside cerca de 36% da nossa população, é a região mais pobre do país, e mais pobre da união



europeia a 15.

No norte, temos uma escalada de preços a um ritmo mais elevado, uma menor progressão de salários, um aumento significativo da taxa de desemprego e um aumento muito preocupante de emigração.

Perante este quadro, o que seria de esperar por parte de um Governo responsável, que pugnassem por um país equilibrado e coeso, seriam políticas pró-activas para inverter esta situação.

Mas não. Estamos perante um Governo centralista e controlador que governa contra esta região.

Também, e muito, está o distrito do Porto a sofrer um ataque despuadorado do Governo, e a sentir o peso deste centralismo inédito em Portugal.

Em dois anos o governo do P5, retirou ao distrito do porto 880 milhões de euros, O valor, em PIDDAC, para este ano é um ¼ do atribuído em 2005.

No distrito do Porto, com este Governo socialista, desinvestiu-se na

educação e congelou-se a universidade do Vale do Sousa.

No distrito do Porto, com este Governo socialista, temos menos 20 mil postos de trabalho, uma taxa de desemprego a 9.7% e uma maior desaceleração do crescimento dos salários.

Com o PS no Governo, o distrito do Porto tem 250 mil utentes sem médico de família; assistimos ao abandono do centro materno-infantil, bem como das parcerias para os novos hospitais de Vila Nova de Gaia e Póvoa de Varzim / Vila do Conde.

Com este governo do PS, liderado por José Sócrates, o metro do Porto está parado há mais de dois anos, e hoje, ainda, o Governo teima em não assinar um acordo com a Junta Metropolitana do Porto.

Ao contrário do que prometeu, o PS, vai introduzir portagens no grande Porto e litoral norte, enquanto adia outras novas vias a serem construídas ou reabilitadas.

É este o quadro negro que resulta da acção, ou falta dela, de um Governo

centralista e que governa de costas voltadas para o distrito do Porto.

Também a cidade do Porto sofre na pele, os devaneios centralistas e controladores deste Governo socialista.

Primeiro, foi o túnel de Ceuta. Acreditava o PS que obtinha algum ganho político com o embargo dessa obra, mas, os portuenses não perdoaram ao Partido Socialista, o facto de terem colocado interesses partidários acima dos interesses das populações.

A sanha persecutória deste Governo centralista e controlador, face à região, distrito e Porto, leva agora o PS à ideia inaudita de transferir a gestão do Metro do Porto para Lisboa.

Na cidade do Porto, querem inviabilizar o Metro na Boavista, linha que foi ferozmente defendida pelo dr. Fernando Gomes e pelo PS há anos atrás.

Na cidade do Porto, o Governo tenta fugir à responsabilidade de pagar uma dívida de 8,7 milhões de euros, do pro-habita, para a reabilitação dos bairros sociais, prioridade sufragada pelos portuenses em eleições.

Na cidade do Porto, o Governo do PS coloca reticências em apoiar o programa "Porto Feliz", que sendo um *case study* de sucesso em tantas cidades europeias, conseguiu dar uma resposta correcta e eficaz ao fenómeno da toxicodépência na cidade.

Estamos de facto perante o Governo mais centralista e controlador de que há memória na nossa democracia.

Um Governo socialista, que quer retirar os autarcas da gestão das Juntas Metropolitanas para as silenciar e domesticar.

Um Governo socialista que excluiu as Câmaras Municipais na definição dos próximos fundos, comunitários de apoio.

Um Governo socialista que está apostado em governar contra toda uma região, um distrito e uma cidade, como aqui julgo ter demonstrado.

Um Governo, que confunde maioria absoluta com poder absoluto, e que continuará a contar com o combate e a oposição firme do PSD.

(...)



Intervenção sobre o Centenário do Hospital e do Sanatório da Guarda

Deputada Ana Manso

Assembleia da República, 17 de Maio de 2007

No dia 18 de Maio de 1907, faz amanhã precisamente cem anos, que a família real portuguesa, Dom Carlos e Dona Amélia, depois de uma longa viagem de comboio pela linha da Beira Baixa, inauguraram na cidade mais alta – a cidade da Guarda – com toda a pompa e circunstância, duas unidades de saúde de excelência: **O Hospital e o Sanatório**.

O acto em si foi um marco de enorme significado e largo alcance. A conjugação dos três “As” que ainda hoje distinguem a região – **ar, água e altitude** – com a competência e dedicação dos profissionais e a generosidade das gentes levou a que, durante várias décadas, as duas Instituições fossem uma referência, e a Guarda fosse considerada a “*cidade da saúde*”.

Durante anos e anos a cidade cresceu com e à volta dum Hospital novinho em folha e dum Sanatório de fama internacional. Durante anos e anos a Guarda viveu sob o manto protector da Rainha Dona Amélia lembrando os amores da Ribeirinha ou de Dom Pedro e Dona Inês. Durante anos e anos a **Guarda foi a cidade dos cinco Fs: Forte, Farta, Fria, Fiel e Formosa**.

E hoje? Hoje os actos são bem o contrário do que aconteceu há cem anos. Hoje os governantes só vão à Guarda para dar más notícias e para tirar o pouco que ainda nos resta. Hoje a Guarda é vítima de uma política de arrogância, de exclusão, de discriminação, de abandono e de maus-tratos. Hoje a Guarda é vítima da obsessão esquizofrénica do encerramento administrativo dos serviços públicos.

Na educação, foi o Distrito mais penalizado com o recorde de encerramentos de escolas do ensino básico.

Na saúde, virou o patinho feio. Primeiro com o cancelamento da construção do Hospital Novo, de raiz, do Centro Nacional de Geriatria e do Museu Nacional de Saúde. Depois com a ameaça do encerramento da única Maternidade do Distrito. Em seguida com o encerramento dos onze SAP e o consequente fecho de onze das catorze portas de acesso aos serviços de urgência sem criar alternativas adequadas, designadamente a nível do sistema de transporte de doentes e da reorganização de Cuidados de Saúde Primários. Isto é tanto mais grave dado tratar-se do segundo Distrito



mais idoso do País e, portanto, mais vulnerável em termos de cuidados de saúde.

Na justiça, com a mísera remodelação do tribunal da Guarda e o pré-anunciado encerramento dos tribunais de Almeida, Meda e Fornos.

Na organização e planeamento, com o encerramento de todos os GAT de Trancoso, Seia e Guarda.

Na segurança, com a ameaça de encerramento de vários postos da PSP e da GNR.

E nas finanças, com a ameaça de encerramento da direcção de finanças, apesar da Guarda ser a única que dispõe de instalações próprias.

Não há dúvidas de que este é o Governo que virou definitivamente as costas ao Interior e tem governado – ou melhor, desgovernado – apenas para metade do País, agravando o fosso entre o Litoral e o Interior.

Ao mesmo tempo que tudo encerra no Interior, projectos como o aeroporto da OTA ou o TGV continuam no topo da prioridade governativa.

Como é possível que enquanto a economia é castigada com uma elevadíssima carga fiscal, as empresas enfrentam dificuldades, os serviços

públicos encerram e os Portugueses vivem cada vez pior, ainda lhes sejam exigidos mais esforços, sem que se vislumbrem vantagens significativas no seu bem-estar e no desenvolvimento do País?

Como é possível que, ano após ano, a vida económica fuja para Espanha, os serviços públicos continuem em debandada e o investimento público continue a ser padrastrado para o Interior?

Será que o Governo ainda não entendeu que o sector público e o investimento público continuam a ser um “*porto de abrigo*” para a sobrevivência do Interior e um dos principais instrumentos para a coesão nacional?

É que tudo vai no caminho de menos saúde e mais cara, menos escola e mais longe, menos justiça social e mais pobreza, menos coesão nacional e mais desigualdade.

E assim temos também menos riqueza e mais interior, menos gente e mais exclusão.

Um Interior que, mais dia, menos dia, será terra de quase nada e de quase ninguém.

(...)

Hoje a Guarda dos cinco Fs deu lugar à Guarda dos cinco Ps: pobre,

pequena, parada, prisioneira e periférica.

E esta situação dramática é o resultado de políticas injustas, inaceitáveis e desequilibradas levadas a cabo por um Governo que tem na arrogância e na insensibilidade social a sua principal imagem de marca.

Um Governo que olha para o Interior apenas nas eleições e na cobrança de impostos.

(...)

A Guarda precisa de novos impulsos e de políticas de discriminação positiva que promovam o crescimento e o desenvolvimento sustentado.

Políticas que criem riqueza, que criem postos de trabalho e evitem a saída dos nossos jovens. Políticas que promovam e “*vendami*” a qualidade e a excelência do ambiente, da cultura, do património histórico e da gastronomia.

Políticas que respeitem o passado e as nossas memórias, que nos deixem viver, sem amargura, o presente e que não nos retirem a esperança num futuro melhor.

Políticas que criem no Interior as mesmas oportunidades que, durante anos e anos, foram dadas ao Litoral.

Políticas que se preocupem com as pessoas e com os resultados em saúde em vez de atenderem apenas à frieza dos números e à “*rentabilidade*” do SNS.

Políticas que tornem realidade a criação, do já anunciado e até agora adiado, **Centro Hospitalar da Beira Interior**, onde a tradição e a diferenciação do Hospital da Guarda seja devidamente acautelada e respeitada para que o esforço de um século não tenha sido em vão.

A anunciada deslocação do Ministro da Saúde à Guarda no próximo sábado não pode ser mais do mesmo, antes pelo contrário, deve ser um virar de página que reponha a tranquilidade e a esperança para que, no Interior, ao menos, haja saúde.

Final tudo para que o foral de Dom Sancho e o manto protector da Rainha Dona Amélia continuem presentes e a dar-nos força para, se necessário contra as políticas deste Governo, nascer e crescer de novo no caminho do desenvolvimento do Interior.

(...)

Durão Barroso prepara a cimeira dos G8

Com representantes dos países em desenvolvimento

José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, reunir-se com John Kufuor, Presidente do Gana e Presidente da União Africana, e com representantes de vários países em desenvolvimento, que lhe apresentarão as suas experiências pessoais de envolvimento em projectos financiados pela UE e que têm um impacto decisivo nas vidas de milhões de pessoas.

Esta reunião insere-se na preparação que a Comissão está a fazer para a próxima Cimeira do G8, que se realizará no próximo mês, na Alemanha.

Diversas notícias da UE

- A Comissão recomenda o fim dos procedimentos por défice excessivo relativos à Alemanha, à Grécia e a Malta

A Comissão Europeia decidiu hoje recomendar ao Conselho que seja posto termo aos procedimentos por défice excessivo relativos à Alemanha, à Grécia e a Malta, porque os défices orçamentais destes países em 2006 voltaram a situar-se abaixo do valor de referência de 3 % do PIB, graças a significativas melhorias no saldo orçamental estrutural através de medidas de carácter permanente, e porque estes défices deverão continuar a diminuir em 2007 e em 2008. Estas tendências são acompanhadas de evoluções favoráveis na taxa de endividamento em 2006 e de projecções que anunciam diminuições das dívidas públicas destes três países em 2007 e 2008. Estes resultados reflectem uma correcção credível e sustentável das situações de défice excessivo e

demonstram que estes ajustamentos são compatíveis com o crescimento económico e que até o favorecem. No que diz respeito ao futuro, tendo em conta que o nível de endividamento ainda é elevado e que é esperado um aumento das despesas relacionadas com o envelhecimento das populações, é primordial que a Alemanha, Malta e sobretudo a Grécia melhorem a viabilidade de longo prazo das respectivas finanças públicas, avançando rapidamente para o objectivo a médio prazo de disporem de orçamentos de Estado em equilíbrio.

- A Comissão propõe que Chipre e Malta adoptem o euro em 2008

A Comissão Europeia concluiu, no passado dia 16 de Maio, que Chipre e Malta haviam alcançado um elevado grau de convergência económica sustentável com os Estados membros da zona euro, cumprindo assim as condições necessárias para adoptar o euro. Com base nos respectivos relatórios de convergência, a Comissão propõe ao Conselho da UE que Chipre e Malta adoptem o euro em 1 de Janeiro de 2008. A decisão final sobre este assunto caberá aos Ministros das Finanças da UE no próximo mês de Julho, após o Parlamento Europeu ser consultado e após o assunto ser debatido pelos Chefes de Estado e de Governo da UE na sua Cimeira de Junho.

- Comissão muito preocupada com oportunidade perdida para combater eficazmente a pesca ilegal no oceano Índico

A Comissão Europeia manifestou



a sua profunda preocupação com o facto de não ter havido acordo na semana passada, na reunião anual da Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC) na ilha Maurícia, para alterar o estatuto da IOTC, de modo a permitir que passe a ter uma efectiva capacidade para combater a pesca ilegal no oceano Índico (ver Rapid de 11/5/07). Os membros da IOTC debateram na semana passada as alterações a introduzir no estatuto da IOTC para a transformar numa organização regional de gestão da pesca independente, desligando-a da FAO e tornando-a semelhante às outras organizações regionais da pesca de tunídeos que são responsáveis pela gestão deste tipo de pesca no alto mar. Esta alteração seria

crucial para obrigar as principais nações envolvidas na pesca de tunídeos a cumprirem as normas da IOTC destinada a garantir a sustentabilidade deste tipo de pesca na região. Infelizmente, não foi possível alcançar um consenso formal sobre as alterações a introduzir nos estatutos da IOTC, embora já houvesse um acordo de princípio que tinha sido aprovado na reunião anual de 2006 realizada em Goa. A ausência de acordo significa que os problemas que estão a prejudicar a capacidade da IOTC para combater a pesca ilegal continuarão por resolver, pondo assim em risco as unidades populacionais de tunídeos. Esta situação penaliza em primeiro lugar os Estados costeiros desta região, sobretudo as comunidades piscatórias de pequena dimensão dos países em desenvolvimento. A Comissão reafirma o seu pleno empenhamento em cooperar com os países membros da IOTC para que esta se torne uma organização regional de gestão da pesca independente como as de outras regiões do mundo, que têm demonstrado grande eficácia para assegurar uma gestão sustentável da pesca no alto mar. A IOTC tem uma necessidade urgente de dispor dos meios necessários para poder desempenhar um papel eficaz na gestão da pesca de tunídeos na região sob a sua responsabilidade. – Sec^o.UE

Convite à apresentação de propostas para debates sobre assuntos europeus com destaque para jovens e mulheres

A Representação da Comissão Europeia em Portugal publicou um convite à apresentação de propostas para apoiar iniciativas da sociedade civil que promovam a participação dos cidadãos em debates sobre temas europeus. Este convite destina-se prioritariamente às mulheres e aos jovens.

Esta iniciativa enquadra-se no objectivo de estimular o debate e obter uma melhor compreensão sobre as vantagens e desafios da construção europeia e, ao mesmo tempo, dar oportunidade aos cidadãos de expressarem as suas expectativas sobre a Europa, no quadro da Comunicação da Comissão Europeia “Plano D: Democracia, Diálogo e Debate”

As propostas poderão apresentar formatos variados e combinar as iniciativas de debate com eventos que promovam a participação do público-alvo, como por exemplo exposições, feiras ou campanhas de informação.

Poderão candidatar-se organizações sem fins lucrativos, que comprovem ter a capacidade financeira, técnica e operacional para completarem o projecto. O financiamento será, em termos indicativos, entre 25.000€ e 50.000€ por projecto e o apoio da Comissão Europeia não poderá exceder 70% do total de custos elegíveis.

Data limite para apresentação de propostas: 2 Julho de 2007

Mais informações (incluindo o formulário de candidatura e restantes documentos de apoio) no site <http://ec.europa.eu/portugal> - CE/Portugal



Duarte Freitas defende sector das Pescas no contexto da Nova Política Marítima Europeia



Foi votado favoravelmente, em Comissão de Pescas, o relatório de iniciativa do PE “Uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os Oceanos e Mares”, tendo sido aprovadas um conjunto de propostas do deputado Duarte Freitas.

O Eurodeputado considera que “a eventual futura junção sob o mesmo chapéu político (criação de uma Política Marítima da União) de actividades tão díspares e concorrentes da pesca como os transportes, extracção de novas energias, turismo e outros sectores ligados ao Mar, não deverá, em caso algum, minimizar visibilidade e relevância institucional que o sector das pescas eventualmente possa vir a ter num contexto muito mais vasto, entretanto criado.”

Duarte Freitas considera, apesar de tudo, que o sector das pescas “deverá aproveitar esta onda positiva em torno dos oceanos e chamar a si a importância da actividade da pesca na economia e sociedade europeias”.

O Deputado do PSD alertou ainda a Comissão Europeia para “a horizontalidade de algumas questões como a pesca INN (ilegal, não documentada, não regulamentada) que, para além da pesca, afecta outros sectores como o ambiente e o turismo aquático.”

Duarte Freitas considera ainda que “é necessário criar planos de reconversão profissional para pescadores, incentivando-os para novas práticas que promovam a utilização de conhecimentos relacionados com o trabalho no mar.” Sectores como a aquacultura offshore e o turismo ecológico são para o Eurodeputado alguns dos destinos possíveis.

Duarte Freitas integra Comissão Temporária do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas

1. O Parlamento Europeu institui uma Comissão Especial

O Parlamento Europeu constituiu uma Comissão Temporária para as Alterações Climáticas, pela urgência em tomar medidas concretas para evitar os piores cenários de alterações climáticas e fazendo jus ao acompanhamento permanente que tem dado a esta problemática.

Esta Comissão não se propõe a substituir as outras comissões competentes na matéria, mas sim coordenar as diferentes posições dentro do PE no referente à política internacional em matéria de clima após 2012 (pós-Quito), formulando propostas sobre a futura política integrada da União Europeia.

2. O que a Comissão Temporária vai fazer?

Esta Comissão irá propor as medidas de mitigação a implementar na UE, que definirão o caminho a percorrer para atingir os objectivos que o Parlamento já propôs (redução das emissões de CO2 em 30% até 2020 e entre 60% e 80% até 2050).

Serão analisados os impactos dos progressos tecnológicos mais recentes, bem como os impactos esperados das futuras medidas de combate às alterações climáticas, comparando o seu custo económico com o custo da inacção;

Por fim, mas não menos importante, deverão ser promovidos contactos com países terceiros, no sentido de os persuadir a integrar a luta contra as alterações climáticas.

*

A posição oficial da UE na próxima Conferência das Partes da CQNUAC, em Bali, em Dezembro próximo, poderá já beneficiar de algum contributo resultante dos trabalhos desta Comissão Temporária.

3. Uma luta continuada do PSD

O Partido Social Democrata tem, desde há vários anos, assumido uma posição de liderança em Portugal e no PE no debate sobre as questões ambientais, e em particular, sobre as alterações climáticas, sendo de justiça assinalar os contributos que, em anteriores legislaturas, foram dados por Carlos Pimenta e por Jorge Moreira da Silva.

Duarte Freitas, Deputado Europeu do PSD, membro da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Comissão das Pescas e da Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar, foi agora um dos dois Deputados portugueses escolhidos, como membros efectivos, para integrar esta nova Comissão, que conta com um total de 60 membros.

4. Informação de Background

No Conselho Europeu de 8 e 9 de Março, em Bruxelas, a UE conseguiu chegar a um acordo para uma meta de redução de 20% das emissões de gases com efeito de estufa, em relação aos níveis de 1990, a ser atingida até 2020. Ficou ainda decidido que esta meta seria elevada a 30% caso os outros países que mais contribuem para o aquecimento global também se empenhem na resolução deste problema.

Este Conselho acabou por dar um importante sinal ao resto do mundo, numa altura em que as alterações climáticas estão na ordem do dia, após a publicação do 4º Relatório do IPCC (Inter-governmental Panel for Climate Change), e em que se delineiam estratégias para a próxima reunião da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC), a ter lugar em Bali, Indonésia, em Dezembro próximo.

Trata-se de um sinal muito positivo, não só porque mostra o que uma União Europeia liderante é capaz de fazer, mas também porque convoca e une os cidadãos da UE em torno de um ambicioso projecto europeu.

No seguimento deste Conselho, o PE, instituição comunitária ciente da sua responsabilidade como representante dos cidadãos europeus, cada vez mais preocupados com as consequências das alterações climáticas, decidiu formar uma Comissão Temporária para debater esta problemática, com a duração de 12 meses, no fim dos quais deverá ser apresentado um relatório final.- **Marques Duarte**



Sérgio Marques desloca-se à Venezuela em Missão de avaliação da situação política e social



Uma delegação do PPE (Partido Popular Europeu) composta por 4 deputados deste partido no Parlamento Europeu, efectuará uma visita de trabalho a Caracas para se inteirar e avaliar no terreno a actual situação política, económica e social que se vive na Venezuela.

O envio desta delegação ocorre da situação de uma visita que um grupo de políticos e empresários venezuelanos efectuou o mês passado ao Parlamento Europeu.

A delegação do PPE que estará em Caracas entre hoje e sexta-feira, estabelecerá um conjunto alargado de contactos com representantes de partidos políticos venezuelanos (no poder e na

oposição), parlamentares venezuelanos, poder judicial (Presidente do Supremo Tribunal de Justiça Luisa Morales), autoridades religiosas (Cardeal Jorge Hunosa), membros do Governo, empresários, representantes de ONG's, proprietários e trabalhadores de meios de comunicação social.

Está também previsto um encontro com o candidato derrotado das últimas eleições presidenciais, Manuel Rosales, tendo sido também solicitado um encontro, ainda não confirmado, com o Presidente eleito Hugo Chávez.

Merecerá especial atenção dos deputados europeus do PPE, anunciar a intenção do Governo venezuelano de encerrar com efeitos a partir do próximo

dia 27 de Maio a Radio Caracas Televisión, canal privado de televisão com uma das maiores audiências na Venezuela.

A visita termina na sexta-feira com uma conferência de imprensa, a partir da qual o deputado madeirense ao Parlamento Europeu estará disponível para contactos com a comunicação social através de um número de telefone a anunciar oportunamente.

Sérgio Marques que integra a delegação do PPE juntamente com outros 3 deputados (Fernando Fernández Martín - Espanha, José Ribeiro e Castro - Portugal e Daniel Hannan - Reino Unido) aproveitará a sua presença em Caracas para estabelecer contactos com a comunidade portuguesa.

Uma politica europeia para as migrações e outras notícias da CE

A Comissão Europeia está determinada a atacar o problema da imigração ilegal através de acções contra o emprego de trabalhadores em situação ilegal. A Comissão apresentou uma proposta de Directiva que prevê sanções contra os empregadores que recorram a essa prática. Esta proposta de Directiva insere-se na política geral da União Europeia em matéria de migrações, que consiste em apoiar a imigração legal, combater a imigração ilegal, desenvolver a cooperação com os países terceiros e insistir na ajuda ao desenvolvimento. São igualmente publicadas duas Comunicações sobre a dimensão externa das migrações.

- Onze filmes co-financiados pela UE participam no Festival de Cannes

Onze filmes co-financiados pelo programa MEDIA da União Europeia foram seleccionados para participar no 60º Festival Internacional de Cinema de Cannes, em França, o que demonstra o papel essencial que desempenha este programa para a promoção da indústria cinematográfica europeia. Conscientes da importância de que se reveste esta indústria para a Europa neste tempo em que as inovações tecnológicas provocam profundas mutações, os ministros dos Estados membros da UE responsáveis pelos sectores da Cultura e do Audiovisual irão reafirmar os seus compromissos de apoio a estes sectores, participando no próximo dia 26 de Maio em Cannes na quinta edição do Dia da Europa no

Festival de Cannes, sob o patrocínio do realizador franco-brasileiro Walter Salles.

- Comissário Borg na conferência MedTrade em Malta

Amanhã, Joe Borg, Comissário responsável pela pasta da Pesca e Assuntos Marítimos, irá pronunciar um importante discurso na quinta conferência MedTrade, que se realiza em Malta. Neste discurso, intitulado "Uma Política Marítima para União: Oportunidades para o Mediterrâneo", o Comissário Borg irá afirmar que "a navegação, enquanto componente vital da economia europeia, tanto internamente como na sua relação com o comércio internacional do qual depende a prosperidade da Europa, merece – e está a receber – grande atenção." Sublinhando a necessidade de tratar todas as nossas actividades marítimas numa forma coerente e abrangente no âmbito duma Política Marítima comum, Joe Borg irá sublinhar que "a navegação só tem a ganhar com o destaque que está a ser dado à dimensão marítima da Europa." Entre os temas abordados pelo Comissário Borg no seu discurso destacam-se as sugestões para reforçar a atracção do sector para os jovens trabalhadores qualificados, o desenvolvimento de clusters marinhos e a necessidade de haver equilíbrio entre o crescimento e a protecção do ambiente marinho. Joe Borg irá sublinhar a necessidade de assegurar a sustentabilidade da navegação e das outras actividades marítimas,

nomeadamente "associando a tecnologia de ponta e a vontade política para que a economia e a ecologia se possam reforçar mutuamente." Irá ainda solicitar aos participantes na conferência que participem no processo de consultas que a Comissão lançou em Junho do ano passado com base no seu Livro Verde sobre a futura Política Marítima para União. Este processo de consultas que dura um ano está a chegar ao fim no próximo mês de Junho.

- A UE passa a ter regras harmonizadas em matéria de lei aplicável à responsabilidade civil (Regulamento "Roma II")

Após quatro anos de negociação, o Parlamento Europeu e o Conselho da UE, reunidos em Comité de Conciliação ontem à noite, aprovaram um texto para o Regulamento que harmoniza as regras relativas à lei aplicável às obrigações extracontratuais ("Roma II"). O acordo quanto a este Regulamento insere-se no âmbito dos trabalhos em curso na União Europeia para criar um verdadeiro Espaço Europeu de Liberdade e de Justiça, assegurando que os tribunais de todos os Estados membros apliquem a mesma lei em caso de litígio transfronteiras em matéria de responsabilidade civil, facilitando assim o reconhecimento mútuo das sentenças dos tribunais na União Europeia. As regras adoptadas permitem que haja um justo equilíbrio entre os interesses das diversas partes envolvidas em caso de litígio

transfronteiras e que fique claro qual é a lei aplicável.

- Nova Decisão da Comissão cria um único ponto de referência para informação uniforme sobre o espectro radiofónico na UE

Os utilizadores do espectro radiofónico irão brevemente passar a beneficiar duma maior clareza quanto à disponibilidade do espectro e à possibilidade de o utilizar em toda a Europa. Este tipo de informação contribuirá para que o sector possa tomar decisões adequadas quando pretender aproveitar oportunidades de negócio, o que contribuirá para estimular os investimentos. A Decisão adoptada hoje é mais um passo para reforçar as normas da UE na área das telecomunicações, definindo um formato comum e determinando um nível mínimo de informação que os Estados membros devem providenciar.

- Abril de 2007: Taxa de inflação anual da zona euro estável em 1,9%

A taxa de inflação anual da zona euro foi de 1,9% em Abril de 2007, inalterada em relação a Março. Um ano antes foi de 2,5%. A taxa de inflação mensal foi de 0,6% em Abril de 2007. A taxa de inflação anual da UE foi 2,2% em Abril de 2007, contra 2,3% em Março. Um ano antes foi de 2,3%. A taxa de inflação mensal foi de 0,6% em Abril de 2007. Estes dados foram publicados pelo Eurostat.



Notícias dos Açores

Pacheco Pereira participa em colóquio sobre iliteracia

As medidas a tomar no combate à iliteracia nos Açores foram debatidas na sexta-feira no colóquio “Cultura, Literacia e Educação”, organizado pelo gabinete de estudos do PSD/Açores, em colaboração com os TSD/Açores.

O historiador, professor universitário e comentador político José Pacheco Pereira foi um dos oradores convidados para participar no evento, que também contou com a presença de Luís Armando Bastos, antigo director regional da Administração Escolar.

A abertura do colóquio esteve a cargo do líder do PSD/Açores, Costa Neves.

Segundo o presidente do gabinete de estudos social-democrata, José Manuel Bolheiro, com a realização deste evento, aberto a todos os interessados, pretendeu-se “dar um passo significativo na reflexão, pensamento político e cultural sobre o estado da educação e literacia nos Açores”. “Desde logo, é preciso saber o que podemos fazer para recuperar do atraso que, infelizmente, ainda temos nas novas gerações em matéria de literacia”, afirmou.

O evento está integrado numa série de colóquios que tem vindo a ser organizada pelo gabinete de estudos do PSD/Açores. Recentemente diversos especialistas debateram a política marítima europeia.

Governo atrasa pagamentos para pressionar cooperativa das Flores

O PSD/Açores denunciou hoje o atraso nos pagamentos a efectuar pelo governo regional à União das



Cooperativas Agrícolas da Ilha das Flores relativos à campanha leiteira que terminou em Março.

Em requerimento entregue na Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Maria Gonçalves classificou o atraso nos pagamentos como “um meio de pressão para que a cooperativa obedeça às indicações do governo regional, designadamente na supressão da produção do queijo fresco”.

Segundo o parlamentar do PSD/Açores, com esta actuação o executivo pretende “impor quem deve diversificar e quem deve continuar a depender dos apoios governamentais”.

António Maria Gonçalves recordou que a produção de leite nas Flores se encontra numa “fase de dificuldades decorrentes da inexistência de políticas de suporte formativo e informativo, assim como da inexistência de actuações governamentais que promovam o dinamismo dos produtores”.

Para o deputado social-democrata, o atraso agora verificado vem “agravar esta situação”, pelo que o PSD/Açores pretende saber junto do governo regional “a razão do atraso do pagamento” dos apoios estabelecidos com a União das Cooperativas Agrícolas da Ilha das Flores e se o executivo possui estudos sobre a viabilidade económica da produção de queijo fresco, “tendo em conta as três entidades privadas que o fazem na ilha”.

António Maria Gonçalves apresentou este requerimento:

Inexistência de

políticas de suporte formativo e informativo

A produção de leite na Ilha das Flores encontra-se numa fase de dificuldades decorrentes da inexistência de políticas de suporte formativo e informativo, assim como da inexistência de actuações governamentais que promovam o dinamismo dos Produtores.

A agravar a situação soma-se, agora, o atraso financeiro do Governo Regional à Cooperativa “União das Cooperativas Agrícolas da Ilha das Flores” como forma de fazer face às dificuldades desta produção. Um apoio de características mensais.

Por enquanto chamo atraso, embora tudo indica que é um meio de pressão para que esta Cooperativa “obedeça” às indicações do Governo, designadamente na supressão da produção do queijo fresco.

Parece que com esta actuação pretende impor o Governo Regional quem deve diversificar e quem deve continuar a depender dos apoios governamentais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos ao Governo Regional relativamente à campanha leiteira finda a 31 de Março do corrente:

— Qual a razão do atraso do pagamento dos apoios estabelecidos com a União das Cooperativas Agrícolas da Ilha das Flores?

— Possui o Governo Regional estudos sobre a viabilidade económica da produção de queijo

fresco tendo em conta as três entidades privadas que estão a produzir? Se sim, solicito uma cópia.

Irregularidades nas contas da Freguesia das Lajes (Terceira) confirmadas pelo Tribunal de Contas

O PSD da Praia da Vitória refutou hoje a reacção da Junta de Freguesia da Vila das Lajes (ilha Terceira), face à recente divulgação de um relatório do Tribunal de Contas que confirmou “irregularidades financeiras na conta de gerência daquele órgão autárquico em 2005”. Segundo a Concelhia presidida por Paulo Ribeiro “foi a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas que aprovou um Relatório onde são apontadas as irregularidades. Não é o PSD que o diz, é o Tribunal de Contas que o afirma. O mesmo Tribunal de Contas que, por nenhum dos membros da Junta de Freguesia se pronunciar sobre os factos, obrigou o seu Presidente, a Secretária e a Tesoureira a pagarem uma multa no valor de €249,40”.

Segundo um Comunicado dos sociais-democratas “foram detectadas irregularidades na Conta de Gerência de 2005 da Junta de Freguesia da Vila das Lajes. O PSD suspeitou e denunciou. A Inspeção Administrativa Regional demitiu-se das suas responsabilidades e recusou-se a actuar. O Tribunal de Contas actuou e detectou as irregularidades. A Junta de Freguesia, em conferência de imprensa, veio agora desvalorizar o Tribunal de Contas. Tratou aquele órgão com desdém e arrogância. O Tribunal de Contas, contrariamente a outros órgãos inspectivos, é isento e está acima de qualquer suspeita”, refere o PSD da Praia da Vitória.

Ainda segundo aquela Concelhia laranja “este triste episódio protagonizado pela gestão autárquica socialista na Lajes é a prova de que, para o Partido Socialista, os meios justificam os fins e que só interessa garantir a eleição e a manutenção do poder, nem que para isso seja necessário recorrer a esquemas e a ilegalidades. Nas Lajes, tem sido essa a postura do Presidente da Junta de Freguesia e de todos aqueles que, cegos pela ganância do poder e pelo seguidismo partidário, têm sido cúmplices de toda esta trapaalhada, sem olhar aos verdadeiros interesses

da Vila e à sua imagem perante o exterior”.

Recorde-se que o PSD tinha já denunciado publicamente a existência de dívidas a terceiros, referentes à gerência de 2005, num montante aproximado de 44 000 euros, que não teriam sido objecto de relevação contabilística. Um ano depois, e após divulgação do Relatório relativo à verificação interna solicitada pelo PSD, o Tribunal de Contas comprovou as denúncias social-democratas e verificou ainda a existência de outras irregularidades

Para o PSD “as decisões e recomendações do Tribunal de Contas, sendo fundamentadas na Lei e na isenção partidária, estão acima de qualquer suspeita. Por essa razão, são para serem respeitadas e cumpridas, representando o sistema regulador do Estado a funcionar. E fazendo cumprir a Democracia”, conclui o texto divulgado esta manhã pela CPS/PSD local.

Projecto EFTA deve concretizar esperança criada em rabo de Peixe

O líder parlamentar do PSD/Açores defendeu hoje que o grande desafio que se coloca aos responsáveis projecto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, em curso em Rabo de Peixe, é que a “esperança” que suscitou junto da população seja “sentida” pelos habitantes da



freguesia.

“Este projecto trouxe esperança a Rabo de Peixe, pois fez com que se acreditasse que finalmente haveria uma solução para os grandes problemas sociais de Rabo de Peixe. O que é certo é que essa esperança ainda não foi concretizada”, afirmou Clélio Meneses, no final de uma visita à freguesia, no âmbito das jornadas parlamentares social-democratas, que decorrem no concelho da Ribeira Grande.

Segundo o presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, o “grande desafio” que se coloca aos responsáveis do projecto, financiado pelos fundos EFTA, “é que essa a

esperança seja sentida na vida das pessoas, como a solução para os seus problemas”.

Durante a visita à freguesia, os deputados social-democratas mantiveram encontros com os responsáveis do projecto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” e com o presidente da junta de freguesia de Rabo de Peixe, Artur Martins.

Licenciamento de explorações pecuárias com quadro legislativo comum

O PSD/Açores defendeu hoje a existência de um quadro legislativo comum que regule o licenciamento das explorações pecuárias, de forma a evitar a “complexidade administrativa” que vai ser causada pela pretensão do governo regional, de legislar consoante as diferentes espécies animais. “O que se está a fazer é dificultar em vez de facilitar, pois vai-se aumentar a complexidade administrativa com a existência de vários diplomas na Região”, afirmou o deputado social-democrata António Ventura, no final dos trabalhos da comissão parlamentar de Economia, que reuniu em Ponta Delgada para analisar a proposta de decreto legislativo regional sobre o regime jurídico do licenciamento das explorações bovinas.

De acordo com o deputado do PSD/Açores, a proposta do governo regional consiste na adaptação à Região de legislação nacional, datada de 2005, que “na prática nunca foi aplicado” devidos a “algumas incongruências que possui”. Segundo António Ventura, a legislação nacional que o executivo açoriano pretende adaptar vai ser alterada “ainda este ano”. Um grupo de trabalho criado para o efeito pelo governo da República “já tem uma proposta para a publicação de um novo diploma sobre o licenciamento das explorações, não só das bovinas, mas de todas as espécies pecuárias”, salientou.

Para o deputado social-democrata, a Região “deve esperar” pela solução a apresentar pelo governo da República, de modo a congregar “num único diploma” as regras de licenciamento de todas as explorações pecuárias.

Estatuto das regiões ultraperiféricas deve ser consagrado no Tratado constitucional europeu

O líder do PSD/Açores defendeu hoje que o estatuto das regiões ultraperiféricas fique consagrado no novo Tratado Constitucional da União Europeia (UE) e considerou que o presidente do governo regional “não afirma a posição dos Açores na UE”.

“Ou o senhor Nicolas Sarkozy se empenha na defesa das regiões ultraperiféricas ou estas não vão estar no tratado”, afirmou Costa Neves, na abertura do colóquio “Ribeira Grande Industrial”, realizado no âmbito das jornadas parlamentares social-democratas, referindo-se ao encontro mantido esta quarta-feira entre o presidente francês e a chanceler da Alemanha, Angela Merkel.



O líder social-democrata salientou que se o estatuto das regiões ultraperiféricas não ficar consagrado no novo Tratado Constitucional, os Açores “deixam de ter resposta específicas aos seus problemas específicos”.

Costa Neves lamentou, por isso, que o presidente do governo regional “fuja a sete pés” dos assuntos relacionados com a União Europeia. “O senhor Carlos César, que não afirma a posição dos Açores na UE e tem uma visão restritiva da Autonomia, não serve aos Açores”.

Riqueza gerada nos Açores está pior do que há sete anos

O líder do PSD/Açores alertou hoje para o facto da riqueza gerada nos Açores estar actualmente ao nível da que foi registada em 2000, apesar do arquipélago ter recebido nos últimos sete anos mais de 1200 milhões de euros de fundos comunitários.

“Durante os últimos sete anos chegaram à Região cerca de 600 mil euros (120 mil contos) por dia, mas no fim estamos pior do que quando começámos”, afirmou Costa Neves, na abertura do colóquio “Ribeira Grande Industrial”, realizado no âmbito das jornadas parlamentares social-democratas.

Segundo o presidente do PSD/Açores, o PIB da Região atingiu em 2000 os 65 por cento da média comunitária e desceu para 63 por cento em 2004, perspectivando-se que a tendência decrescente se mantenha quando forem conhecidos os dados relativos a 2006.

“Os Açores vão estar em 2006, assim que cheguem os números, em pior situação do que estavam em 2000, mas dinheiro não faltou”, salientou o líder social-democrata, dado que a Região recebeu mais de 1200 milhões de euros ao abrigo do anterior Quadro Comunitário de Apoio.

O presidente do PSD/Açores aproveitou também a ocasião para lembrar que “a política responde sempre às necessidades dos cidadãos”, de forma a que haja “perspectivas de melhor emprego e melhor rendimento”.

“Um político que consegue melhores políticas para melhores rendimentos é um político com sucesso”, afirmou Costa Neves, enquanto que “um político que faz muitas obras públicas e lançamentos de primeiras pedras, que não se reflectem na qualidade de vida das pessoas, é um mau político”.

A este propósito, o líder social-democrata lembrou o recente discurso de Tony Blair, ao anunciar a sua saída do cargo de primeiro-

ministro do Reino Unido. “Na hora da saída ele não falou das estradas, hospitais e escolas que fez, mas sim dos resultados que obteve, salientando que hoje os britânicos vivem melhor do que quando iniciou funções”.

Costa Neves referiu-se também à situação actual do concelho da Ribeira Grande, que considerou um exemplo do “fracasso das políticas do governo regional, quer a nível social, quer económico”.

O presidente do PSD/Açores recordou que existem “pelo menos mil desempregados” no concelho, o que constitui um “número muito elevado”.

O líder social-democrata lamentou também que a Ribeira Grande seja um dos concelhos dos Açores com “maior taxa de insucesso escolar”, que chega a atingir os 42 por cento no ensino secundário, e o facto de 12 por cento da população beneficiar do rendimento social de inserção.

Abate de árvores na Mata “Dr. Fraga”



O PSD/Açores denunciou o abate de árvores na Mata “Dr. Fraga”, na freguesia da Maia, concelho da Ribeira Grande, ao mesmo tempo que o espaço está a ser alvo de obras de recuperação.

“Por um lado, o governo despense euros na requalificação daquele património ambiental e, por outro lado, deixa que a Mata ‘Dr. Fraga’, a integrar na Rede Regional de Jardins Botânicos dos Açores, sofra este atentado ao ambiente”, afirmou o deputado social-democrata António Pedro Costa, em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores.

Segundo o deputado do PSD/Açores, as obras de beneficiação da estrada da Achada das Furnas estão na origem do corte de árvores na Mata “Dr. Fraga”, “mutilando um património botânico de valor reconhecido”.

António Pedro Costa pretende, por isso, saber se o governo regional vai tomar medidas para “impedir este atentado ambiental” e apurar “quem autorizou o corte de árvores” no local.

A Mata “Dr. Fraga” foi criada no século XIX e dispõe de um património botânico considerável de valor histórico e paisagístico.

Segue o texto integral do requerimento que, a este propósito, foi apresentado pelos deputados António Pedro Rebelo Costa e José Manuel Bolieiro:

Ao abrigo de um contrato ARAAL entre a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e a Câmara Municipal da Ribeira Grande, a conhecida mata “Dr. Fraga”, na freguesia da Maia, no concelho da Ribeira Grande, vai sofrer obras de requalificação, obras que permitirão dignificar aquele espaço lúdico com uma rica vegetação arbórea, e que será integrada na Rede Regional de Jardins Botânicos dos Açores.

Trata-se de uma mata que foi um agradável jardim construído no século XIX, e que dispõe de um património botânico considerável de valor histórico e paisagístico.

A obra de requalificação vai dotar a mata “Dr. Fraga” de zonas de relvado e de merendas, miradouro, parque de estacionamento, rede de circulação pedonal de acordo com o traçado antigo, além da abertura de novos caminhos e da salvaguarda da sua vegetação autóctone e endémica.

O projecto inclui a recuperação de elementos de valor existentes, a salvaguarda e valorização da estrutura verde e a criação de espaços para actividades de lazer, recreio e educação ambiental.

Contudo, com a beneficiação da obra da Achada das Furnas, procede-se ao corte de árvores da Mata do Dr. Fraga, mutilando um património botânico de valor reconhecido.

Por um lado, o Governo despense euros, na requalificação daquele património ambiental e, por outro lado, deixa que a Mata do Dr. Fraga, a integrar na Rede Regional de Jardins Botânicos dos Açores, sofra este atentado ao ambiente.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais, os Deputados subscritores solicitam ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

1. O Governo Regional tem conhecimento desta situação de corte de árvores, que integram o património da Mata do Dr. Fraga, na freguesia de Maia, no Concelho da Ribeira Grande?

2. Que acção pretende o Governo Regional levar a cabo para impedir este atentado ambiental?

3. Quem autorizou o corte de árvores na Mata do Dr. Fraga?

– Fonte: PSD/Açores

Notícias do Algarve

Mendes Bota visita Lagoa

Numa organização conjunta das estruturas distrital e local do PSD, no próximo sábado, dia 26, vai realizar-se uma visita de trabalho parlamentar do deputado Mendes Bota ao município de Lagoa, com a seguinte ordem de trabalhos:

15h00m – Passagem pelo Torneio de Futevólei, que decorre na Praia Grande, em Ferragudo;

15h30m – Visita à futura zona da Marina e ao Pavilhão do Arade;

16h30m – Visita à Mexilhoeira da Carregação, e apreciação do estado de assoreamento do rio Arade;

17h30m – Sede do PSD/Lagoa – discussão sobre a situação dos diferentes planos de ordenamento em vigor e/ou execução no município de Lagoa;

18h30m – Porches – deslocação ao local previsto para a construção de uma Rotunda essencial para a fluidez do trânsito naquela zona;

19h30m – Carvoeiro – Apreciação do novo plano de requalificação daquela vila, e da situação da Segurança na área;

20h30m – Carvoeiro – Restaurante Vimar – Jantar-palestra subordinada ao tema “A Excomunhão da Água Sem Sal”, no qual participará a delegação do Algarve que em Abril passado visitou o Parlamento Europeu em Bruxelas, sendo aberto a toda a população interessada no tema;

Durante esta visita de trabalho, o deputado Mendes Bota será acompanhado pelo presidente da Câmara Municipal de Lagoa, e líder do PSD local, José Inácio, pelo vice-presidente da autarquia, José Joaquim Cabrita, e por muitos outros autarcas de Lagoa. – CPD/PSD-Algarve



Notícias de Aveiro

As marcas do tempo – Exposição de Fósseis



A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social da Exposição de Fósseis “As Marcas no Tempo” que estará patente de 21 de Maio a 24 de Junho, no Museu da Cidade de Aveiro. O horário de visita é de Terça-feira a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas, tendo entrada livre.

Nesta exposição o público irá entrar em contacto com registos de um passado longínquo encontrados nas rochas sedimentares, berço natural

dos fósseis, e com eles recuar a mais de 3 500 milhões de anos, observando a fauna fóssil nacional, internacional e local. Entre vários exemplares, poderá encontrar um brilhante exemplar da Tartaruga sotoi, escamas de peixe, assim como, alguma flora fossilizada: fetos, marcas de grande interesse didáctico e científico.

Dos antigos barreiros da indústria cerâmica local conhecidos pela sua paleofauna de vertebrados do

Comunicado da CPD

O PSD/Algarve e a Região de Turismo (RTA)

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, reunida extraordinariamente em Faro, fazendo valer uma postura de responsabilidade sobre qualquer lógica de guerrilha partidária que não serve os interesses da Região, nem da própria RTA, decidiu apoiar e contribuir para a apresentação de uma lista conjunta com o Partido Socialista, encabeçada pelo actual governador civil do Algarve, António Pina, dentro das seguintes premissas:

a)- A Região de Turismo do Algarve é, e terá de continuar a ser, até à criação da Região Administrativa do Algarve, um órgão importante para a actividade do sector turístico e para a sua promoção, dentro e fora do território nacional;

b)- Para que o quadro das suas competências venha a ser reforçado, e não reduzido, na reestruturação do aparelho administrativo do Estado em curso, numa filosofia de descentralização, e não de mera desconcentração, é importante que a Região de Turismo do Algarve consagre nas próximas eleições uma solução política forte, estável, alargada e representativa das entidades públicas e privadas que dela fazem parte;

c)- Na opinião do PSD/Algarve, e dos seus mais destacados autarcas, o ainda governador civil do Algarve, António Pina, tem desempenhado o seu cargo de forma dialogante, não sectária, não partidária, e não discriminatória, procurando consensualizar soluções e minimizar as zonas de conflito, pelo que dá garantias de uma presidência equilibrada e de bom senso, à qual emprestará o grande conhecimento que tem da região e dos seus problemas;

d)- A proposta eleitoral que será apresentada conjuntamente pelo PS e pelo PSD, terá em consideração o princípio da continuidade, face à esperada alteração do quadro legislativo das regiões de turismo;

e)- A lista de candidatos a apresentar à Comissão Executiva da RTA deverá conter uma forte componente de pessoas com ligação profissional ao sector turístico do Algarve, e assegurar uma representatividade às diferentes sub-regiões;

g)- Finalmente, o PSD/Algarve entende que no mandato que ora termina, a equipa liderada pelo seu militante Hélder Martins fica ligada a um período de recuperação da actividade turística do Algarve, a iniciativas de sucesso como o “Algarve Convida” e o Fundo para a criação de novas rotas aéreas, a uma requalificação da rede de Postos de Turismo e a uma estabilização da situação financeira da instituição – **Fonte: CPD/PSD**

Campaniano superior – Maastrichtiano, destacou-se espectaculares exemplares de tartarugas fósseis – conhecidas por Tartarugas Soutoi, que juntamente com diversas espécies de moluscos terrestres e lagunares, testemunham a proximidade do mar há cerca de 70 milhões de anos. Antigos lodos, da Ria de Aveiro, ricos em conchas e vestígios diversos, fazem também a prova da evolução das espécies actuais de invertebrados marinhos.

Exposição de Pintura “Bonecas e Companhia”

A Câmara Municipal de Aveiro apoia a Exposição de Pintura “Bonecas e Companhia”, que está patente desde 22 de Maio a 5 de Junho, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro.

A Exposição Pintura “Bonecas e Companhia” de Anabela Pereira Lopes pode ser apreciada de Segunda a Sexta-feira, das 9.30 às 18.00 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro, na Rua Engº Silvério P. Silva.

Anabela Pereira Lopes é licenciada em Educação de Infância e dedica os seus tempos livre a pintar personagens que povoam o imaginário das crianças: fadas, bruxas, princesas, animais sarapintados, predominando sempre as cores alegres e vibrantes.

Nos seus quadros é usada a técnica mista de pintura sobre tela a acrílico com aplicação de materiais que criam texturas e sugerem movimento.



Animação das freguesias “Viver Aveiro”, na freguesia de Nariz

A Câmara Municipal de Aveiro inicia na freguesia de Nariz, no dia 25, prolongando-se até 1 de Julho, esta organização que pretende proporcionar aos fregueses do Concelho, diversos momentos de animação cultural de forma a promover o desenvolvimento local, as potencialidades locais e a consciencialização da população. No ano passado esta iniciativa decorreu na freguesia de Requeixo.

É intenção da autarquia, através da animação comunitária, “agitar” as comunidades propondo actividades multidisciplinares adequadas aos saberes, práticas, conhecimentos, vivências, acções e realidades existentes em Nariz.

Deste modo, despertar o interesse da população para a intervenção comunitária, através de diversas acções adequadas às idades e características locais, sendo fundamental encontrar um grupo de pessoas dispostas a reflectir, a agir e que acreditem na capacidade colectiva para encontrarem e resolverem problemas que a todos dizem respeito, é um dos objectivos da organização.

Este projecto, destinado à população em geral, com especial destaque para os idosos, jovens, crianças e pais, para além de proporcionar momentos de animação cultural e estimular o envolvimento e a cooperação entre as diversas instituições rentabilizando assim os recursos locais, pretende ainda, dar resposta às necessidades culturais sentidas pela população descentralizando a cultura dos grandes centros urbanos.

Para tal, as actividades propostas para a freguesia de Requeixo terão a duração de dois meses e vão desde workshop’s, atelier’s, gastronomia, desporto, espectáculos de teatro, música, cinema e artes plásticas, concurso de fotografia, passeios, rastreios, histórias animadas e formações.

O programa de Animação das Freguesias “Viver Aveiro” é o seguinte:

Dia 25 de Maio – Comemoração do Dia do Floclor

21.00 horas – Formação na área da Etnografia “O papel das Associações Culturais na preservação da identidade e da memória colectiva de um povo”
- Centro Social e Cultural da Verba

Dia 26 de Maio

15.00 horas – Atelier de Teatro de Sombras
18.00 horas – Workshop de Hip Hop
- Salão da Junta de Freguesia de Nariz
21.30 horas – Peça de Teatro “A voz humana” a partir de Jean Cocteau, interpretação e encenação por Carolina Rodrigues
- Centro Social e Cultural da Verba

Dia 30 de Maio

14.30 horas – Sessão de Cinema para idosos “O Leão da Estrela” de Arthur Duarte
- Centro Cultural e de Congressos de Aveiro
21.00 horas – Formação de Artes Decorativas
- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

Dia 2 de Junho

15.00 horas – Ateliers ambientais
18.00 horas – Workshop de Hip Hop
- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

Dia 3 de Junho

15.00 horas – “Uma família como nós...” – peça de teatro para a Família pelo Projecto RIA e com a colaboração do Grupo de Teatro da ACAD

- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

Dia 5 de Junho

Das 10.00 às 17.00 horas – Lixoteca Itinerante
Das 10.00 às 12.30 horas – Ateliers Ambientais
- Largo de São Pedro

14.30 horas – Projectão do filme “A Idade do Gelo II”

- Junta de Freguesia de Nariz

Dia 6 de Junho

21.00 horas – Formação de Artes Decorativas

- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

Dia 8 de Junho

14.30 horas – “O Sonho de Mariana” – teatro infantil por Cláudia Stattmiller

- Salão Paroquial de Nariz

Dia 9 de Junho

15.00 horas – Campeonato de Berlinde

16.00 horas – “Fotografar Nariz” – Saída Fotográfica Pedonal pela

Secção de Fotografia do Clube dos Galitos

18.00 horas – Workshop de Hip Hop

- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

Dia 10 de Junho

18.00 horas – “Fotografar Nariz” – entrega das máquinas descartáveis

- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

Dia 12 de Junho

09.30 horas – Passeio para Idosos ao Buçaco

- Partida da Junta de Freguesia de Nariz

21.00 horas – Formação de Artes Decorativas

- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

Dia 16 de Junho

Das 7.30 às 22.30 horas – Exposição de pintura até 1 de Julho
- Pastelaria “Largo de Nariz”

14.00 horas – Formação de Líderes Locais

15.00 horas – Atelier de pintura de t-shirts

18.00 horas – Workshop de Hip Hop

- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

21.30 horas – Concerto Coral com o Coro da Tuna de Santa Joana e Coral Igreja Vera Cruz

- Igreja de Nariz

Dia 17 de Junho

10.45 horas – Festa da Comunidade da Paróquia da Nariz

- Porto d’Ílhavo

Dia 20 de Junho

21.00 horas – Formação de Artes Decorativas

- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

Dia 22 de Junho

22.30 horas – Marchas Populares de Nariz

- Largo de São Pedro

Dia 23 de Junho

15.00 horas – Atelier de Cestaria

16.00 horas – Workshop de Serigrafia Artística

18.00 horas – Workshop de Hip Hop

- Salão da Junta de Freguesia de Nariz

Dia 29 de Junho - Festas de São Pedro

22.00 horas – Marchas Populares de Nariz

23.00 horas – Animação Musical

- Largo de São Pedro

Dia 30 de Junho – Nariz Radical

Desde as 14.30 horas – insuflável, jogos tradicionais, demonstração de capoeira, aula aberta de hip hop, ateliers diversos

- Polisdesportivo de Nariz

21.30 horas – Cinema ao ar livre “Filme da Treta” de José Sacramento

- Largo de São Pedro

Dia 1 de Julho – Festa Comunitária

Desde as 14.30 horas:

- Actuação de Rancho Folclórico Nossa Senhora da Nazaré de Verba;

- Grupo Cénico Cantares da Ria;

- Grupo de Xailes e Cantares de Aveiro;

- Cantate – Confraria de São Gonçalo;

- mostra de Artesanato;

- Mostra Gastronómica;

- Rastreios para a saúde.

- Largo de São Pedro. – Fonte: Gab. Imp. CM Aveiro



Notícias de Braga

Nove gerações de autarcas do PSD/Braga reunidos no aniversário Social-democrata, apoiam Ricardo Rio

O jantar com as nove gerações de Autarcas do Partido, que a Comissão Política do PSD promoveu na noite da passada Sexta-feira, em evocação de mais um aniversário do PSD, terá proporcionado um ânimo redobrado ao líder da Coligação “Juntos por Braga”, Ricardo Rio, para ultrapassar os últimos desafios que se deparam no caminho da vitória autárquica de 2009.

O líder do PSD local começou por centrar o seu discurso no passado, reconhecendo e agradecendo o contributo de todos os presentes no percurso autárquico que o PSD registou ao longo dos últimos 30 anos, “cujo legado muito se honrava de preservar”, mas recolheu a opinião unânime de todos os convivas de que ele é o homem do futuro de Braga: o último portador da estafeta da oposição autárquica que o PSD transportou ao longo destas três décadas de democracia no poder local.

No jantar restrito entre os membros da Comissão Política de Secção, os responsáveis locais da JSD e dos TSD, a Coordenação da Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Braga e as nove gerações de Autarcas Social Democratas na Câmara Municipal de Braga marcaram presença a quase totalidade dos cabeças-de-lista indicados pelo Partido à Câmara Municipal de Braga e à Assembleia Municipal de Braga, bem assim como as respectivas equipas de Vereadores.

De entre as várias intervenções produzidas, em que perpassou um mesmo grau de satisfação pelo trabalho produzido por Ricardo Rio e pela sua equipa e de confiança nos êxitos que se avizinham a passos largos, destacam-se as declarações

daqueles que encimaram as várias candidaturas do Partido aos diferentes órgãos municipais, que pode conhecer mais em detalhe na Nota anexa, para a qual agradecemos a V/ melhor atenção.

No jantar restrito entre os membros da Comissão Política de Secção, os responsáveis locais da JSD e dos TSD, a Coordenação da Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Braga e as nove gerações de Autarcas Social Democratas na Câmara Municipal de Braga marcaram presença a quase totalidade dos cabeças-de-lista indicados pelo Partido à Câmara Municipal de Braga e à Assembleia Municipal de Braga, bem assim como as respectivas equipas de Vereadores.

Daí que este jantar tivesse reunido à mesma mesa os candidatos de 1976 (Pedro Moreira), 1989 (Fernando Rocha à AMB), 1993 (Miguel Macedo e António Marques à AMB), 1997 (Germano Cerqueira), 2001 (Carlos Alberto Pereira) e 2005 (Ricardo Rio), além dos Vereadores Fernando Moura Machado (avô de Ricardo Rio), Vítor Esperança, António Sá Machado, Manuel Barbosa, João Antunes, Filomena Bordalo, Alexandre Lourenço, Joaquim Barbosa, Serafim Rebelo e Américo Afonso. Não puderam estar fisicamente presentes, face a compromissos previamente assumidos e incontornáveis, Abílio Vilaça e Luís Filipe Lobo Fernandes.

Pedro Moreira, um dos fundadores do Partido em Braga e o primeiro cabeça-de-lista do PSD à Câmara Municipal de Braga, exortou Ricardo Rio a “continuar o notável trabalho de oposição que tem protagonizado”, manifestando a

convicção que “em 2009 o PSD vai ter uma grande vitória”.

Referindo que “nunca foi fácil ser oposição em Braga”, lançou um repto público aos Militantes do PSD, lembrando que, “apesar das dificuldades que senti nos difíceis tempos de implantação do Partido, nunca desistiu de levantar bem alto a bandeira da social-democracia, tal como idealizada por Sá Carneiro”.

Germano Cerqueira, que liderou a candidatura à Câmara Municipal de Braga 20 anos depois, recordou aos presentes a crise de ordem social, política e económica que o país atravessa, criando um “caldo de cultura que obriga os partidos a repensar seriamente os caminhos que devem trilhar para melhor servir os cidadãos”.

Dirigindo-se a Ricardo Rio, afirmou: “encontramos em si uma pessoa que quer, tem capacidade, é criativo e tem protagonizado uma oposição credível de combate ao caciquismo mesquitista que tanto tem prejudicado Braga e os Bracarenses. Por isso, sabemos que a sua vitória em 2009 será em prol de objectivos concretos, sérios, de rigor e transparência. Pois só dessa forma se poderá gerir uma cidade que sofre de graves mazelas que a errada e escandalosa gestão socialista aprofundou”.

Por sua vez, Carlos Alberto Pereira enfatizou a vantagem de o Partido apresentar, pela primeira vez, um mesmo candidato em duas eleições consecutivas, destacando o capital de credibilidade acumulado que assim melhor será aproveitado. Na sua opinião, “depois do notável trabalho em que focalizámos o passado e o presente da Gestão

Municipal, é chegado o tempo de mostrar aos Bracarenses que temos uma visão estratégica do Concelho clara, ambiciosa e virada para o futuro, assente num conjunto de políticas verdadeiramente orientadas para as pessoas”.

Miguel Macedo assegura: “Há vida para além de Mesquita Machado”

O candidato às Autárquicas de 1993 e hoje Secretário-Geral do PSD, Miguel Macedo, começou por manifestar a sua convicção de que “os bracarenses já perceberam que há mais vida para além de Mesquita Machado e que Braga pode ser muito melhor com uma nova dinâmica de desenvolvimento”.

Lembrando que ser oposição em Braga é extremamente desgastante, aquele orador exortou Ricardo Rio a “não desistir do sonho de lutar pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do concelho de Braga”.

No mais, Miguel Macedo congratulou-se por verificar, de forma corroborada por vários estudos de opinião, que as múltiplas temáticas a que o PSD de Braga atribuiu mais prioridade ao longo dos vários mandatos, são ainda hoje as principais fontes de insatisfação dos cidadãos do Concelho, enaltecendo a coerência da linha de conduta do PSD do ponto de vista político ao longo das três últimas décadas.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Braga assegurou também que “hoje não é mais possível fazer-se a acusação simplista de que quem é oposição a Mesquita Machado é contra Braga e os Bracarenses. E este ganho foi conseguido em grande parte

porque Ricardo Rio tem feito com que a voz do PSD seja cada vez mais respeitada, quer a nível das instituições da cidade, quer do meio empresarial, quer, sobretudo, dos cidadãos do concelho”.

Joaquim Barbosa invoca luta para reparar honra do pai

O ex-Vereador Joaquim Barbosa, filho do candidato à Câmara Municipal de Braga e Vereador Eng. Telmo Barbosa, exortou Ricardo Rio a “estar pronto para os mais infames e despidorados ataques, à medida que o desespero tomar conta das hostes socialistas”.

A propósito, lembrou a situação do pai, que chegou a ser indignamente expulso de Deputado da Assembleia Municipal de Braga pela vergonhosa prepotência da maioria socialista de então, sob uma acusação que todas as instâncias judiciais vieram a considerar infundada, já após o falecimento do reputado engenheiro Bracarense.

“Tens que estar preparado para tudo e eu sei que estás preparado para tudo”, sustentou, acrescentando que “tal como no meu pai, vejo em ti a seriedade, a competência, a capacidade de trabalho, a dedicação e o amor a Braga que muitas vantagens trarão a este Concelho”.

Apesar de avisado por vários participantes para “estar preparado para uma luta extremamente difícil e desigual”, agravada “por jogos de interesses e pela despropositada sensação de medo que alguns Bracarenses demonstram do poder tentacular socialista, Ricardo Rio garantiu que “se o PSD tem estado sempre a crescer é por mérito de todos os que, ao longo dos anos, estiveram na linha da frente do combate político ajudando a criar as condições para, em 2009, um novo projecto assumir a gestão da Câmara Municipal de Braga”.

Aliás, asseverou, “acredito como acreditam cada vez mais Bracarenses, que esta mudança só trará benefícios para Braga e para os seus cidadãos”, porque “as críticas que formulamos, as propostas que apresentamos e as prioridades que assumimos são o eco da população e das instituições do Concelho”, o que “faz do meu projecto para a Câmara Municipal de Braga, um projecto com todos e para todos, que vai muito para lá das fronteiras dos Partidos ou das Coligações que o suportam”.

Ao seu lado terá seguramente o vasto leque de antecessores que ontem quiseram expressar de forma inequívoca o seu apoio ao líder da Coligação “Juntos por Braga” e a sua disponibilidade para formularem contributos para o caminho que conduzirá à conquista da Autarquia nas eleições de 2009 – **Fonte: Carlos Moreira, Vice-Presidente da CPS Braga**

Notícias de Ourém

Sociais-democratas homenageiam Ruy de Carvalho



Um sucesso! É assim que se pode definir a iniciativa promovida pelo PSD Ourém, no passado domingo à noite, em Seíça, na sede do Grupo Desportivo e Cultural.

O colóquio “Teatro: Arte de todos os tempos para todas as idades” contou com uma boa assistência. Apesar da noite fria e da agenda futebolística na derradeira jornada do campeonato, o calor da cerimónia aqueceu o salão e tanto o promotor como convidados estavam visivelmente satisfeitos pelo entusiasmo e interesse da plateia.

Vítor Frazão, Presidente do PSD Ourém, considerou «ser uma honra receber tão ilustres convidados que tão bem têm tratado a cultura e nutrem uma paixão pelo mundo de tão bela arte como é o teatro». Frazão salientou a humildade e a união que caracterizam a família de Ruy de Carvalho e a disponibilidade para estarem em Ourém, já por várias vezes, nomeadamente aquando da génese da CENOURÉM.

Agradecendo o convite de Vítor Frazão, - por quem diz ter uma forte amizade e respeito -, Ruy de Carvalho, porque constatou que na sala se encontravam pessoas ligadas a diferentes cores partidárias e que fizeram questão de marcar presença, referiu que isso prova «a universalidade do teatro», a «preocupação em promover esta arte por todas as freguesias do concelho» e o «reconhecimento pela pertinência em se divulgar sempre o teatro e a cultura».

Ruy de Carvalho fez notar que «o teatro é universal, toca em toda a parte, retrata a vida, os sentimentos, as emoções e a alma das nações». Detentor de um vasto currículo e de muitos prémios da crítica, ainda exaltou o «calor humano» e aquilo que se aprende com o teatro, actores e espectadores, afirmando que «a arte teatral transmite-se à vida quotidiana, aproxima, concilia, encaminha, resolve e aponta soluções».

A sua intervenção foi acompanhada com tal interesse que na parte final avançou para uma sessão de diálogo aberto, chegando a dizer que estava a gostar tanto de ali estar e da maneira como todos escutavam e dialogavam, que deu o mote para prolongar a sessão, para contentamento geral.

Usando também da palavra, João de Carvalho, filho do principal convidado na noite, referiu-se ao pai como um mestre que sabe, mas que gosta de comungar e divulgar os seus ensinamentos. Defendendo a qualidade dos actores portugueses, deixou uma mensagem de maior optimismo e da necessidade de existirem mais bons exemplos como Ourém, onde a cultura e os eventos diversificados são uma realidade.

Colóquio sobre Desporto, com Herminio Loureiro e Ribeiro Cristóvão

O PSD Ourém realizou no dia 25 às 21 horas, no Centro de Negócios de Ourém, um colóquio subordinado ao tema “Desporto de massas ou desporto de competição: - O papel do desporto na sociedade”.

Herminio Loureiro, Presidente da Liga Portuguesa de Futebol, e Ribeiro Cristóvão, Deputado do PSD e consagrado jornalista desportivo, são os oradores convidados.

O evento é aberto a toda a população, pelo que se apela à presença de todos dado o interesse e actualidade das temáticas que irão ser abordadas.

- CPS/PSD-Ourém

Vereadores do PSD denunciam injustiça de decisão do Governo

De acordo com os anúncios oficiais e as notícias vindas a público mais recentemente, o Governo português liderado pelo Partido Socialista prepara-se para introduzir portagens na A29 (tecnicamente designada por SCUT Costa de Prata), já a partir do segundo semestre de 2007.

Allegadamente, esta decisão é justificada por esta região cumprir os critérios que o Governo estipulou: desenvolvimento económico e a existência de vias alternativas.

No caso concreto do Concelho de Ovar, os Vereadores do PSD nesta Câmara Municipal entendem que esta decisão é uma de uma enorme injustiça e é atentatória dos mais elementares direitos dos cidadãos.

Injustiça, porque a região que é abrangida pela SCUT Costa de Prata regista uma diminuição do PIB per capita (indicador utilizado para avaliar o desenvolvimento regional), passando de 98,1%, em 2001, para 96,3%, em 2003. Por outras palavras, é uma região que empobreceu nos últimos anos.

Injustiça, porque o concelho de Ovar regista um Índice de Poder de Compra Concelhio (indicador utilizado para avaliar o desenvolvimento concelhio) de 79,2% da média nacional, ou seja, inferior ao limiar que o governo



definiu para este caso que era de 90%.

Injustiça, porque as alternativas existentes não são minimamente razoáveis.

Os estudos elaborados identificam

que, no nosso caso, a via alternativa é a velhinha EN109. Ora todos sabemos que esta estrada não é alternativa a coisa nenhuma. Inclusive, já não existem muitos troços da EN 109 no trajecto para Norte. E nos casos que

existe, esta via já assumiu um carácter urbano, tendo sido "absorvida" pela expansão urbanística de diversos concelhos. Para mais, a EN109 é a via de acesso a escolas, infantários, centros de saúde, superfícies comerciais, praças e espaços públicos.

A CPD, em comunicado, faz duras críticas ao Governo Central

Desde que tomou posse, o Governo do Partido Socialista, lançou um duro ataque ao poder local. Este Governo, deliberadamente, asfixia, maltrata e desprestigia o poder local.

- Depois de anunciar publicamente a extinção do direito dos Presidentes de Câmaras Municipais elegerem os Presidentes da CCDR's (Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional);

- Após ter aprovado uma nova Lei das Finanças Locais que manifestamente prejudica e asfixia os

Municípios e as Freguesias, como se comprovou já com o último Orçamento de Estado;

- Depois de decidir que os Municípios portugueses não integrariam as estruturas de decisão do próximo QREN e de ter afastado, liminarmente, as autarquias de qualquer participação efectiva nas orientações estratégicas dos próximos fundos comunitários, admitindo apenas a sua participação ao nível da audição e do acompanhamento do próximo Quadro Comunitário;

O Governo do Partido Socialista

prepara-se agora para lançar o novo regime jurídico das Associações de Municípios que vai extinguir o processo de descentralização lançado pelo PSD.

Desde a Constituição que saiu do 25 de Abril de 1974 e por via do intenso trabalho dos eleitos locais, o País viu radicalmente aumentadas a quantidade e a qualidade das infra-estruturas e equipamentos existentes em cidades, vilas e aldeias. Ao longo dos últimos 30 anos, com todo o trabalho que foi desenvolvido, as autarquias estão hoje confrontadas

com novas tarefas para desempenhar, substancialmente mais viradas para a qualidade e para a participação dos cidadãos, sem prejuízo das competências mais tradicionais.

A partir de 2002, os Governos liderados pelo PSD assumiram a política de descentralização administrativa como uma preocupação prioritária da sua acção. Uma opção política estratégica que visava, no essencial, a correção das profundas assimetrias regionais ainda existentes.

Neste contexto, e num processo

sem precedente em Portugal, o Conselho de Ministros, reunido em Tomar, no mês de Junho de 2002, aprovou o primeiro conjunto de orientações do Plano de Descentralização Administrativa.

De acordo com esta orientação, e em matéria de atribuições e competências o princípio da descentralização consagrava, essencialmente, uma repartição justa entre o Estado e as autarquias locais, com existência de um conjunto substancial de atribuições próprias das segundas, através duma dinâmica que implicava a transferência de atribuições da administração central para as autarquias locais.

A criação de estruturas supra-municipais, orientadas para a gestão integrada de espaços metropolitanos e urbanos de âmbito supra-municipal, proporcionava, também, oportunidades concretas para a resolução de problemas que ultrapassavam, claramente, as fronteiras municipais, contrariando o individualismo e o isolamento que, por vezes, condicionam o funcionamento das instituições autárquicas, promovendo as relações de complementaridade e de solidariedade entre os municípios.



Este espírito respondia assim, a um grande consenso sobre a necessidade de promover medidas de descentralização que aproximassem, o mais possível, a administração dos cidadãos bem como em responder à necessidade de uma estratégia de desconcentração que desse coerência às políticas públicas com incidência territorial.

Mais recentemente, o Governo do Partido Socialista, em diversos documentos e em inúmeras ocasiões, tem feito a apologia da descentralização. No entanto, apesar desta retórica, assistimos a uma prática governativa que se tem manifestado como cerceadora de qualquer transferência de competências para os municípios, não havendo qualquer tradução nem concretização práticas da intenção política manifestada.

Neste sentido, e passados já mais de 2 anos sobre a tomada de posse do actual Governo, a Comissão Política

Distrital do PSD de Santarém, considera que o Processo de Descentralização, agora em vias de extinção, contém um conjunto vasto de virtualidades que ainda não foram totalmente materializadas.

O PS quer voltar atrás, ao velho modelo de impor desde o Terreiro do Paço para o País, as formas de organização autárquica. O PS quer afastar os próprios eleitos democraticamente pelas populações, da gestão e resolução dos problemas que lhes dizem directamente respeito.

Por isso, considera-se fundamental que o Governo do Partido Socialista proponha a urgente discussão e aprovação de um Programa de Descentralização Administrativa, que proceda à contratualização da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, designadamente nas seguintes áreas de intervenção:

- Infra-estruturas de saneamento básico e abastecimento público;
- Acessibilidades e Transportes;
- Cobrança e liquidação de impostos municipais;
- Saúde;
- Acção Social;
- Educação;
- Ambiente;
- Segurança e Protecção Civil;
- Cultura;
- Desporto;
- Formação dos funcionários da Administração Local; - CPD/PSD-Santarém



ALCANENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcanena, para reunir no dia 30 de Junho de 2007, Pelas 20h00 na sede do Partido, sita na Rua Justino Guedes, nº 6 com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

- As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 23h00,

- As listas candidatas para os órgãos de secção a eleger directamente deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa, ou a quem o possa substituir, na sede do PSD, sita na Rua Justino Guedes 6 - Alcanena, aberta naquele dia a partir das 21h00.

DISTRITAL DE SETÚBAL

Nos termos do artigo 39º dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir, em sessão ordinária, no dia 29 de Maio de 2007, terça-feira, pelas 21h00, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, no Largo de S. João, em Palmela, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Regulamento Interno – Discussão e Aprovação;
3. Análise da situação Político-partidária.

MOSCAVIDE

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moscavide, para reunir, em Secção ordinária, no próximo dia 31 de Maio de 2007 (5ª feira), pelas 21h00, na Sede, sita na Rua Maria do Rosário Patação, nº 4 r/c Dto., em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

NÚCLEO DE LORDELO (CPS PAREDES)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15h00, na Sede do Núcleo, sita

na Estrada Nacional 209, nº 2465, Freguesia de Lordelo, Concelho de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE PAREDES CENTRO (CPS PAREDES)

(Baltar, Cete, Parada de Todeia e Vandoma)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15h00, na Sede do Núcleo, sita à Av. Bombeiros Voluntários, no Edifício da Rotunda, Freguesia de Baltar, Concelho de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE PAREDES CIDADE (CPS PAREDES)

(Besteiros, Castelões de Cepeda, Madalena, Mouriz e Vila Cova de Carros)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15h00, na Sede da Secção, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE PAREDES NORTE (CPS PAREDES)

(Cristelo, Duas Igrejas e Sobrosa)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15h00, na Sede do Núcleo, sita à Rua Trás as Eiras, na Freguesia de

Sobrosa, Concelho de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE PAREDES SUL (CPS PAREDES)

(Aguiar de Sousa, Recarei e Sobreira)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15h00, na Sede da Secção, na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE PAREDES OESTE (CPS PAREDES)

(Astromil e Gandra)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15h00, na Sede do Núcleo, sita Parque Industrial da Igreja, Freguesia de Gandra, Concelho de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE PAREDES ORIENTE (CPS PAREDES)

(Beire, Britarães, Gondalães e Louredo)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15h00, na Sede do Núcleo, sita na Rua São Cristóvão Loteamento da Cruz, Freguesia de Louredo, Concelho de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE REBORDOSA (CPS PAREDES)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15h00, na Sede do Núcleo, sita à Av. Bombeiros Voluntários, nº 591, Freguesia de Rebordosa, Concelho de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE VILELA (CPS PAREDES)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15h00, na Sede do Núcleo, sita na Av. Da Fábrica, Freguesia de Vilela, Concelho de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, Freguesia de Castelões de Cepeda, Concelho de Paredes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE PEROSINHO (V. N. GAIA)

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convocam-se os militantes do Núcleo de Perosinho – Vila Nova de Gaia do PSD, a reunirem em Assembleia Eleitoral, no dia 22 de Junho de 2007, no período compreendido entre as 21h00 e as 23h00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, sita na Rua S. Salvador – Perosinho – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo da Freguesia de Perosinho do PSD.

Nota: As urnas estarão abertas da 21h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Comissão Política de Núcleo, na Sede da Secção de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Setúbal, para reunirem em sessão ordinária, no dia 31 de Maio de 2007, quinta-feira, Às 21h30, na sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq., em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1. Informações;

Análise da situação Político-partidária.

TERRAS DE BOURO

Manuel Antunes da Lomba, Presidente da Mesa de Assembleia de Secção de Terras de Bouro do Partido Social-Democrata (PPD/PSD), convoca os militantes do PSD de Terras de Bouro para a Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e da Comissão Política da Secção, a realizar no próximo dia 29 de Junho, das 21 horas às 23 horas, na respectiva sede concelhia, em Terras de Bouro

Nota: As urnas estarão abertas das 21:00h às 23:00h.

As listas candidatas deverão ser enviadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, para a Secção do PSD de Terras de Bouro, apartado 32, 4840-100 Terras de Bouro.

Em qualquer acto eleitoral, apenas constam do respectivo caderno eleitoral os militantes cujas quotas estejam em dia no décimo dia anterior ao da eleição.



NÚCLEO DE SÃO MARTINHO DO CAMPO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de São Martinho do Campo, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 14 horas, sita na Rua de Cedofeita, Centro Comercial S. Domingos, loja 3, São Martinho do Campo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 20 de Junho de 2007 na Rua de Cedofeita, Centro

Comercial S. Domingos, loja 3, São Martinho do Campo;

b) A urna funcionará das 14 horas às 16 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Santo Tirso (Ricardina Bessa)

CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Distrital da JSD da Guarda, a realizar no próximo dia 24 de Junho de 2007, pelas 18 horas, na Sede do PSD da Secção de Meda, sita na Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Política;

3 – Eleição dos delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Nelson Costa)

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se os militantes da Secção de Meda da JSD, para o Plenário a realizar no próximo dia 24 de Junho de 2007, pelas 16 horas na Sede do PSD, sita na Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital da JSD da Guarda (Nelson Costa)

CONSELHO DISTRITAL DO ALTO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Alto Minho a reunir no próximo dia 1 de Junho de 2007, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Ponte da Barca, Concelho de Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política;

2 – Informações.

Nota:

Se à hora marcada não se registar quórum entre os presentes, o Conselho Distrital inicia às 22 horas, com os Conselheiros Distritais presentes.

O Presidente da Mesa do C. D. JSD Alto Minho (Guilherme Emílio)

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Loulé para reunir no

próximo dia 22 de Junho de 2007, pelas 21 horas, na sua Sede em Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas durante o período de uma hora e meia, (21h30 às 23 horas).

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Distrital, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Algarve (Bruno de Azevedo Lage)

NÚCLEO DE LOUROSA – St.ª MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Lourosa – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 22 de Junho de 2007, pelas 21 horas, na Sede, sita na Freguesia de Lourosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial de Lourosa – Santa Maria da Feira.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 22 horas e as 23 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção de St.ª Maria da Feira (Amadeu albergaria)

NÚCLEO DE VILA MAIOR – St.ª MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Vila Maior – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 23 de Junho de 2007, pelas 15 horas, na Sede da CPS – Feira, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial de Vila Maior – Santa Maria da Feira.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15 horas e as 16 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção de St.ª Maria da Feira (Amadeu albergaria)

NÚCLEO DE GALEGOS SANTA MARIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para o Núcleo de Galegos Santa Maria, da Secção da JSD Barcelos, para o dia 29 de Junho de 2007, pelas 20 horas, no Lugar da

Igreja, na Sede do PSD de Galegos Santa Maria – Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Galegos Santa Maria.

2 – Eleição da Mesa de Plenário do Núcleo de Galegos Santa Maria.

Nota:

a) As Listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 20 horas às 21 horas.

O Presidente da Mesa

(João Miguel Sá)

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção das JSD de Paços de Ferreira, para o dia 28 de Junho de 2007, pelas 21 horas, a realizar na Sede Concelhia do PSD de Paços de Ferreira, Av. dos Templários, na Cidade de Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Eleição da Comissão Política de Núcleo;

Ponto 2 – Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 21 horas e as 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede da Secção Concelhia da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção (Joaquim Pinto)

COMISSÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Plenário de Comissão Académica da JSD de Coimbra para o dia 30 de Maio de 2007, pelas 21h30, a realizar na Sede Concelhia do PSD de Coimbra, sita na R. Combatentes G Guerra 23, 1º Coimbra 3030-181 Coimbra, na cidade de Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Informações;

Ponto 2: Análise da situação política do Ensino Superior;

Ponto 3: Discussão acerca das linhas política da CPN/JSD para o Ensino Superior;

Ponto 4: Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Comissão Académica da JSD de Coimbra (Edgar Mendes)